



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

MATHEUS WANDERLEY GONDIM

**A RELAÇÃO DE NECESSIDADE ENTRE PENSAMENTO E
LINGUAGEM**

JOÃO PESSOA - PB

2013

MATHEUS WANDERLEY GONDIM

**A RELAÇÃO DE NECESSIDADE ENTRE PENSAMENTO E
LINGUAGEM**

**Trabalho acadêmico desenvolvido no curso de
mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação
em Filosofia, apresentado para fins de obtenção
do grau de mestre.**

Orientador: Professor Doutor Ricardo Sousa Silvestre

JOÃO PESSOA – PB

2013

G637r Gondim, Matheus Wanderley.

A relação de necessidade entre pensamento e
linguagem / Matheus Wanderley Gondim.- João
Pessoa, 2014.

103f.

Orientador: Ricardo Sousa Silvestre

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHL

1. Davidson, Donald Herbert, 1917-2003 -
crítica e interpretação. 2. Filosofia analítica. 3.
Mente. 4. Linguagem. 5. Pensamento.

MATHEUS WANDERLEY GONDIM

**A RELAÇÃO DE NECESSIDADE ENTRE PENSAMENTO E
LINGUAGEM**

Dissertação de mestrado apresentado à
Universidade Federal da Paraíba como
exigência parcial para obtenção do título de
mestre.

Aprovado em 28 de fevereiro de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Ricardo Sousa Silvestre
Orientador

Professor Doutor Giovanni da Silva de Queiroz
Membro Interno

Professor Doutor Daniel Durante Pereira Alves
Membro Externo

Dedico este trabalho a Iolanda:
namorada, companheira e parceira, sem a
qual não teria concluído este trabalho.

Agradecimentos

Venho acumulando agradecimentos desde os primeiros esboços do projeto de dissertação, e hoje tenho a felicidade de ter uma lista cheia de homenagens a prestar neste trabalho. Sou especialmente grato a:

Meus pais, Fábio e Vanda, pelo seu apoio e suporte em todos os momentos da minha vida;

Iolanda, minha companheira de muitos anos, com quem pude compartilhar, além do afeto e amor do nosso relacionamento, todos os passos que levaram à conclusão deste trabalho; e aos seus familiares: Iaponira, Júlio e Segundo, que me acolheram em sua casa durante muitas das horas da elaboração dessa dissertação;

Ao professor Ricardo Silvestre, que orientou este trabalho, pelas contribuições e pela dedicação exemplar;

Aos amigos de longa data, Sávio e Alan, pela compreensão das ausências durante a elaboração deste trabalho;

Por fim, a todos os animais que conheci desde criança, e desde criança me fizeram perguntar sobre o que poderia se passar em suas mentes;

*What the hammer? What the chain?
In what furnace was thy brain?*

(William Blake)

RESUMO

Esta dissertação de mestrado tem por objetivo realizar um estudo sobre a relação entre pensamento e linguagem, englobando argumentos acerca da possibilidade ou não de pensamento sem linguagem. Para isso, empreende-se uma revisão de alguns elementos da literatura filosófica produzida sobre o assunto na segunda metade do século XX e começo do século atual. O primeiro capítulo é dedicado à análise do influente argumento de Donald Davidson, com ênfase particular ao seu artigo *Thought and Talk*, de grande importância para o tema. Argumentos contrários também são contemplados no segundo capítulo, a proposta de Searle, presente em *Consciousness and Language*, e a tese de Bermúdez, em *Thinking Without Words* são os principais destaques. A partir da análise bibliográfica, o terceiro capítulo é construído com teor mais argumentativo, com o objetivo de avaliar as teses apresentadas de maneira informada.

Palavras-chave: Mente; Linguagem; Pensamento; Davidson; Filosofia Analítica.

ABSTRACT

This dissertation has the aim of accomplishing a study of the relation between thought and language, including arguments for and against the possibility of thought in the absence of language. In order to achieve this, a review of the philosophical literature on the subject from the second half of the twentieth century until recently has been performed. The first chapter focuses on Donald Davidson's influential argument, particularly as established in *Thought and Talk*, of great importance to the field. Contrary arguments have been studied in the second chapter, Searle's proposal on *Consciousness and Language* as well as Bermúdez's thesis on *Thinking Without Words* are the main highlights. From bibliographical analysis, the third chapter is construed more argumentatively, with the objective of evaluating the theses which have been presented in an informed manner.

Keywords: Mind; Language; Thought; Davidson; Analytical Philosophy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
------------------	----

CAPÍTULO 1 - A tese de Donald Davidson acerca da relação entre pensamento e linguagem.....	14
---	-----------

1.1 <i>Thought and Talk</i> : estrutura geral e análise	15
---	----

1.2 O argumento em <i>Rational Animals</i>	25
--	----

1.3 O argumento de <i>What Thought Requires</i>	30
---	----

1.4 Sumário da argumentação	32
-----------------------------------	----

CAPÍTULO 2 – Duas teorias do pensamento não linguístico	39
--	-----------

2.1 Das dificuldades das teorias que aceitam pensamentos sem linguagem.....	39
---	----

2.2 John Searle e as Mentes Animais	42
---	----

2.3 A proposta de Bermúdez e a questão científica	56
---	----

2.3.1 O contra-argumento à Davidson e a questão da ontologia	61
--	----

2.3.2 A problema da racionalidade	67
---	----

2.3.2.1 A racionalidade de nível 0.....	70
---	----

2.3.2.2 A racionalidade de nível 1.....	71
---	----

2.3.2.3 A racionalidade de nível 2.....	71
---	----

CAPÍTULO 3 - Retomada Teórica e Balanço das Teses Apresentadas 74

3.1 David Chalmers, o “problema difícil” da consciência e a importância dos pressupostos	75
3.2 Pensamento, linguagem e inteligência artificial	80
3.2.1 O argumento do quarto chinês	81
3.2.2 A IA fraca e o materialismo	83
3.3 O problema da definição do que é pensamento	84
3.4 Sobre a possibilidade teórica do pensamento proposicional sem linguagem	88
3.5 Balanço das teses	93

CONSIDERAÇÕES FINAIS 98

REFERÊNCIAS..... 100

INTRODUÇÃO

A presente dissertação consiste em um trabalho de investigação sobre a possibilidade ou não de pensamentos na ausência de linguagem, o que requer que certos passos metodológicos sejam tomados a fim de que o problema seja devidamente abordado. Em primeiro lugar, o escopo do tema faz com que seja necessária uma delimitação clara.

Mesmo fora do campo da filosofia, psicologia ou outras ciências, convivemos sempre com alguma teoria da mente. Isto é, possuímos alguma forma de interpretar comportamentos e atribuir estados mentais a outros indivíduos. Somente assim fazemos sentido das ações de outros, lhes conferindo crenças, desejos e sensações. É assim que dizemos, sem grandes dificuldades, que uma pessoa em uma parada de ônibus levanta o braço quando o transporte se aproxima deseja embarcar e acredita que seu gesto fará o condutor parar o veículo.

Apesar de um elemento corriqueiro, o esclarecimento dos conceitos e do funcionamento de uma teoria da mente provou-se uma tarefa difícil para os esforços filosófico e científico, de modo que a própria existência da mente continua um mistério. Até mesmo a existência é por vezes posta em dúvida.

Inicialmente, pode-se dizer que o problema abordado centralmente neste trabalho é uma questão pontual do problema das outras mentes. Essa questão, por sua vez, parte de algumas premissas, esclarecidas a seguir.

Em primeiro lugar, é abandonada a posição cética extrema pela inexistência de outras mentes. É certo que o conhecimento de outras mentes é sempre indireto, e é justamente sobre quais condições indiretas caracterizam a existência de uma mente. Assumir que não existem outras mentes seria contraproducente, dado que nega nossa interpretação básica do mundo e dificulta a explicação de uma série de outros elementos da vida, como a existência de uma moral e da própria vida em sociedade.

Em segundo lugar, é assumido que alguns caracteres que podem ser causados pelas mentes: certos comportamentos, linguagem; ou podem causar mentes, no caso das estruturas orgânicas. Esses elementos constituem o conjunto de evidências que temos para trabalhar o problema de outras mentes, dado que não são diretamente observáveis. No caso do passageiro de ônibus, por exemplo, não temos acesso ao seus desejos ou crenças, somente ao seu gestual e à observação de que se trata de um movimento realizado por um corpo humano que, até prova em contrário, possui todas as características biológicas da espécie.

Em terceiro lugar, admite-se que pelo menos uma parte das mentes possui intencionalidade, isto é, são capazes de possuir estados que as relacionam com objetos (esta definição será trabalhada com mais detalhes no segundo capítulo). Admite-se tranquilamente a atribuição de intencionalidade a outros humanos adultos, porém a questão se torna mais difícil a ausência de linguagem, o que será o tema central desta dissertação.

A partir dessas premissas, o objetivo do trabalho pode ser esclarecido. Metodologicamente, optou-se por avaliar um aspecto particular da mente: o pensamento. A pergunta que pretendemos oferecer uma resposta ao fim do trabalho pode ser formulada como se segue: É possível uma criatura sem linguagem possuir pensamentos?

Sendo este o objetivo central do trabalho, podemos prontamente identificar objetivos secundários que serão trabalhados no percurso da dissertação. Será necessário esclarecer o conceito de pensamento e realizar uma revisão bibliográfica de produções filosóficas e científicas relevantes ao tema.

Para tal, foram escolhidas produções recentes, a fim de que a discussão se localize em um cenário filosófico contemporâneo. O ponto de partida foi o argumento de Donald Davidson, que pode ser considerado o mais influente a respeito do tema. Seu argumento ficou famoso por negar qualquer possibilidade de pensamento sem linguagem. Além disso, oferece uma definição precisa do que é pensamento, por meio do recurso das atitudes proposicionais.

Ademais, seu trabalho é referência recorrente mesmo em argumentos que alcançam a conclusão oposta, de que seria possível pensamento sem linguagem,

como o de Searle e o de Bermúdez. Sendo assim, o primeiro capítulo se concentra em realizar uma análise do trabalho de Davidson, a fim de que sejam esclarecidos seus conceitos centrais além do raciocínio de seus argumentos.

A base bibliográfica para a produção desse capítulo foi constituída principalmente de artigos do próprio Davidson, começando por *Thought and Talk*, de 1975, seguido por *Rational Animals* e *What Thought Requires*, datando de 1982 e 2001, respectivamente. Apesar dos intervalos cronológicos, em todos eles Davidson mantém sua conclusão, e sua análise foi capaz de fornecer uma imagem adequada do seu argumento para os fins deste trabalho. Outras referências também foram trazidas em momentos que se fizeram necessárias.

Outros conceitos importantes da autoria de Davidson que foram trabalhados no capítulo I incluem as noções de crenças entrelaçadas, verdade objetiva e a triangulação. Todos esses elementos são necessários à compreensão do argumento de Davidson, além de contribuírem para a base teórica do trabalho e para a elaboração dos capítulos seguintes.

O segundo capítulo é responsável pelo contraponto à conclusão apresentada no primeiro. Nele, foram abordados os argumentos de dois autores: John Searle e José Luis Bermúdez. Embora por vias diferentes, ambos defendem que pensamentos podem ocorrer na ausência de linguagem.

O principal elemento bibliográfico para o estudo da posição de Searle foi sua obra *Consciousness and Language*, que possui um capítulo especificamente dedicado à questão das mentes de animais. Entre os aspectos trabalhados nessa parte do capítulo, pode-se destacar a separação entre os conceitos de consciência, intencionalidade e processos de pensamento, especialmente úteis para a conclusão; além da enumeração que o referido autor realiza de pensamentos que são possíveis ou não na ausência de linguagem.

O terceiro marco teórico desta dissertação possui algumas características que merecem ser destacadas. Em primeiro lugar, mais que os outros dois autores trabalhados, Bermúdez se apoia em uma perspectiva científica. Percebe-se em seu trabalho uma tentativa de compatibilizar sua teoria sobre o pensamento com o que se sabe sobre o comportamento e a biologia dos animais. Esse empreendimento

difere bastante do de Davidson, que se ocupa de negar a possibilidade de pensamentos não linguísticos por um ponto de vista eminentemente teórico.

Outro aspecto que merece destaque é a abordagem centralizada do problema, na qual um livro inteiro é dedicado pelo autor à análise da questão. Isso permitiu ao autor em questão trabalhar certos elementos com mais detalhe do que é percebido na análise de Searle, por exemplo. Bermúdez oferece interpretação gradual da mente, compatível com uma perspectiva biológica da questão. Nesse sentido, ele chega a oferecer uma perspectiva de graus de racionalidade.

Por último, mas não menos importante, Bermúdez oferece um relato detalhado sobre como é possível atribuir pensamentos a criaturas sem linguagem a partir da observação de seus comportamentos, oferecendo assim um paradigma de interpretação criterioso e que justifica a aplicação de uma teoria da mente a animais sem linguagem. Fazendo com que o segundo capítulo complete a parte básica do referencial teórico do trabalho.

O terceiro capítulo, por sua vez, concentrou a discussão do trabalho. Ele parte de uma abordagem sucinta de alguns conceitos de filosofia da mente necessários para compor a última parte do estudo, como considerações sobre o problema da consciência e as considerações de Searle sobre a questão da inteligência artificial.

Na sequência, foi abordado o conceito de pensamento, visto que os autores trabalhados apresentam variações sobre a questão. Com a definição de um conceito para que seja proposta uma resposta à questão central do trabalho, procedeu-se à discussão dos diferentes argumentos expostos nos dois primeiros capítulos.

A partir disso, realizou-se um balanço, no qual se buscou corroborar a resposta final com mais dados bibliográficos, desta maneira concluindo a proposta acadêmica do trabalho.

Capítulo 1 - A tese de Donald Davidson acerca da relação entre pensamento e linguagem

Este capítulo tem por objetivo analisar os argumentos que Donald Davidson propõe contra a possibilidade de pensamento na ausência de linguagem. Antes disso, porém, se faz necessário traçar um esboço geral de seu trabalho.

Com a exceção de uma publicação póstuma (*Truth and Predication*, em 2005), as ideias de Davidson encontram-se na forma de uma série de artigos. Apesar disso, é ressaltado que seu trabalho possui unidade e sistematicidade incomuns para a filosofia analítica do século XX¹. A relação entre pensamento e linguagem constitui apenas uma pequena fração de sua pesquisa, porém que conta com destaque e importância filosófica o suficiente para que figure nessa dissertação.

Thought and Talk, artigo publicado pela primeira vez em 1975 e atualmente encontrado em coleção publicada pela Oxford University Press², será o foco principal da análise proposta nesse capítulo. Esta escolha foi feita por tal artigo se tratar da apresentação mais emblemática da tese de que o pensamento depende da linguagem, bem como de suas razões. Este é também o primeiro texto onde Davidson expõe esta noção como elemento central de um texto.

Há, entretanto, outros dois artigos que merecem abordagem: *Rational Animals*, de 1982, e *What Thought Requires*, de 2001. Apesar de publicados posteriormente, estes dois artigos não entram em conflito com o primeiro, mas expandem a matéria. Assim, serão utilizados de maneira a apoiar a análise do primeiro artigo.

O desenvolvimento deste capítulo se dará em duas etapas: em primeiro lugar, abordaremos a estrutura e argumentação de *Thought and Talk*, realizando-se uma análise. Em um segundo momento, abordaremos os acréscimos oferecidos pelos outros dois artigos propostos para o estudo.

1 Malpas, Jeff, "Donald Davidson", **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Winter 2012 Edition), Edward N. Zalta (ed.), disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/win2012/entries/davidson/>>

2 Cf. DAVIDSON, Donald. *Thought and Talk*, In: **Inquiries into Truth and Interpretation**. Oxford University Press, 2010.

1.1 *Thought and Talk*: estrutura geral e análise

Thought and Talk não é seccionado pelo autor; porém é possível traçar uma divisão metodológica a partir da identificação dos conceitos mais importantes trabalhados no texto. De maneira geral, pode-se dizer que há um pequeno esboço introdutório, onde Davidson explica o problema, seguido por uma segunda parte onde é introduzida a noção de crenças entrelaçadas. Tal noção de crença leva à aplicação das atitudes proposicionais como uma ferramenta para explicação do pensamento. Em seguida, tem-se a formação do primeiro argumento do texto a partir da associação desses dois conceitos.

Com o pavimento das duas primeiras seções, um novo corte se estabelece quando passam a ser discutidas teorias da ação, da interpretação e da decisão, o ponto mais extenso do texto. Este momento, por sua vez, fornece o embasamento teórico para a conclusão. De maneira resumida, podemos dividir o conteúdo do artigo da seguinte forma:

- Introdução
- Crenças entrelaçadas e atitudes proposicionais
- Teorias da ação, da interpretação e da decisão
- Conclusão

Contudo, como foi dito, esta é uma divisão elaborada a partir dos conceitos tratados no texto. Outra maneira de compreender a estrutura do artigo, mas de particular interesse para a proposta deste capítulo, é seccionar o texto a partir dos seus argumentos. Conforme se pode perceber a partir da leitura do texto, Davidson passa por dois argumentos que são descartados antes de chegar à sua proposta conclusiva. Os conceitos explicitados, que trataremos logo adiante, constituem justamente os elementos das premissas desses argumentos. Neste sentido, sua importância se fará perceber nos parágrafos seguintes.

A argumentação proposta por Davidson para a tese de que a mente depende

da linguagem se inicia com o esclarecimento de duas possíveis relações entre esses dois elementos, sendo isto o que dá ensejo ao trabalho. É dado como evidente que a linguagem depende do pensamento, uma vez que “falar é expressar pensamentos”³ O ponto central, entretanto, é questionar sobre a possibilidade de haver pensamentos sem linguagem.

O texto segue colocando que parte do problema ao lidar com a questão é a tentativa de reduzir o pensamento à linguagem ou vice-versa; o autor deixa bastante claro que acredita que nenhum dos dois elementos pode ser completamente explicado em termos do outro. Nesse ponto, vale lê-lo:

[...] A assunção usual é que um ou o outro, fala ou pensamento, é comparavelmente mais fácil de entender, e, portanto, o mais obscuro (qualquer que seja) pode ser iluminado ao ser analisado ou explicado nos termos do outro.

Isto é, eu acredito, falso: nem linguagem nem pensamento pode ser completamente explicado em termos do outro, e *nenhum dos dois possui prioridade conceitual*.⁴ (grifo nosso)

Portanto, não é um reducionismo que Davidson busca, mas sim uma explicação da interdependência entre os dois elementos em análise. A empreitada realizada em *Thought and Talk* trata de investigar em que condições podemos atribuir pensamentos a uma criatura, sem se preocupar com questões sobre a sua constituição (como, por exemplo, avaliar se são eventos físicos ou de outra natureza) ou problemas de tal ordem. Este tipo de discussão vem à tona em outros artigos do autor, voltados mais especificamente para filosofia da mente.

E sobre esta atribuição, o autor nos fornece logo em seguida seu posicionamento. Segundo posto no texto, atribuir pensamentos requer o emprego de uma sentença cujo verbo principal é um verbo psicológico (pensar, crer, saber, temer...). Há o uso do recurso, portanto, das atitudes proposicionais. Uma

³ DAVIDSON, Donald. *Thought and Talk*, In: **Inquiries into Truth and Interpretation**. Oxford University Press, 2010. P. 155.

⁴ DAVIDSON, Donald. *Thought and Talk*, In: **Inquiries into Truth and Interpretation**. Oxford University Press, 2010. P. 156. Tradução nossa. No original: “*The usual assumption is that one or the other, speech or thought, is by comparison easy to understand, and therefore the more obscure one (whichever that is) may be illuminated by analysing or explaining it in terms of the other. The assumption is, I think, false: neither language nor thinking can be fully explained in terms of the other, and neither has conceptual priority.*”

característica importante dessas sentenças é a sua *intensionalidade semântica*: seu valor de verdade pode ser mudado caso ocorram alterações que não alterariam o valor de verdade da sentença isolada⁵. Isto quer dizer que enquanto um par de sentenças como “A moeda brasileira sofreu desvalorização no último trimestre” e “O real sofreu desvalorização no último trimestre” possuiriam necessariamente o mesmo valor de verdade, as mesmas sentenças introduzidas por “Jonas acredita que” não estariam vinculadas da mesma maneira. Isto ocorre pois o uso de verbos intensionais faz com que o valor de verdade dependa da compreensão do sujeito a que são atribuídas. A sentença “Jonas acredita que o real sofreu desvalorização no último trimestre” depende do que Jonas entende por real, trimestre e desvalorização.

A conclusão de Davidson, todavia, não é radical neste ponto. O uso de tais tipos de sentenças está associado diretamente à possibilidade de atribuição de pensamentos, mas não há garantia de que todo e qualquer pensamento seja atribuível de tal forma. Neste ponto, o autor apenas argumenta que o uso de sentenças com intensionalidade semântica daria conta de boa parte da totalidade dos pensamentos.⁶

Um elemento mais importante que surge dessa teoria da atribuição de pensamentos por meio de sentenças é a noção de que a crença é central a todos os pensamentos. Esta centralidade advém da premissa estabelecida por Davidson de que qualquer pensamento envolve necessariamente um conjunto de crenças entrelaçadas. Segundo este relato, todo e qualquer pensamento envolveria necessariamente uma série de crenças que lhe deem suporte.⁷ A nossa questão, todavia, é compreender se a necessidade de linguagem (uso do recurso das atitudes proposicionais) para atribuir pensamentos a uma criatura é a mesma exigida para que essa criatura simplesmente possua pensamentos. Esta pergunta será abordada ao desenvolvermos o argumento de Davidson, e veremos também que Davidson se reporta diretamente a este problema em seu argumento final.

Esta perspectiva das crenças entrelaçadas é usada por Davidson para estabelecer uma relação importante com uma teoria explicativa da ação. Conforme

⁵ DAVIDSON, Donald. Thought and Talk, In: **Inquiries into Truth and Interpretation**. Oxford University Press, 2010. P. 156.

⁶ Ibid. P. 156.

⁷ Ibid. P. 157.

coloca Davidson, uma ação é racionalmente explicada se a associamos com uma série de crenças. Esta constituirá uma importante premissa do primeiro dos três argumentos, conforme veremos mais adiante na organização lógica das premissas do argumento de Davidson.

Esta explicação toma o comportamento como superveniente a elementos psicológicos⁸, a exemplo do desejo e da crença. O exemplo dado por Davidson é o da pessoa que levanta o braço para chamar a atenção de um amigo, e acredita que chamará a atenção do amigo com o ato de levantar o braço. Contudo, um impedimento ocorre ao se levar em consideração que diferentes “constelações de crenças” podem explicar o mesmo comportamento, tornando as atribuições sempre excessivamente imprecisas. Uma teoria mais satisfatória é apontada: a teoria da tomada de decisões (*decision-making*), proposta por Frank Ramsey, que trata os desejos e as crenças de forma quantificada, ampliando sua aplicabilidade.

O importante nessas explicações da ação é o apelo à razão, como põe o próprio autor:

Uma característica da explicação teleológica que não é comum à explicação em sentido mais genérico é a maneira com a qual se apela para o conceito de *razão*. A crença e o desejo que explicam uma ação devem ser tais que qualquer um que os possua tenha uma razão para agir daquele modo. (Grifo nosso).⁹

O passo seguinte é a noção de “interpretador”. A capacidade de interpretar fala é possuída por qualquer falante, embora não seja demonstrado que todo interpretador possa falar, mesmo que, segundo Davidson, haja “boas razões para sustentar isso”¹⁰. Com isto, se introduz a tese central do texto aqui trabalhado:

⁸ Isto é, toma as propriedades do comportamento como dependentes das propriedades psicológicas. Entretanto, a superveniência aqui não é perfeita, dado que diferentes arranjos psicológicos podem causar o mesmo comportamento, como é notado logo adiante.

⁹ DAVIDSON, Donald. Thought and Talk, In: **Inquiries into Truth and Interpretation**. Oxford University Press, 2010. P. 159. No original: “A characteristic of teleological explanation not shared by explanation generally is the way in which it appeals to the concept of reason. The belief and desire that explain an action must be such that anyone who had that belief and desire would have a reason to act in that way.”

¹⁰ Ibid. P. 157

A tese central deste artigo é a de que uma criatura não pode possuir pensamentos sem que seja um *interpretador da fala de outros*. Esta tese não implica na possibilidade de redução, behaviorista ou de outra forma, do pensamento à fala; com efeito, esta tese não imputa prioridade, epistemológica ou conceitual, à linguagem.¹¹ (Grifo nosso).

Porém, o que é ser um interpretador? A questão não vai sem resposta: interpretar é saber sob que condições as enunciações de sentenças são verdadeiras, e que se certas sentenças são verdadeiras, outras também devem ser. Davidson ainda acrescenta que há, portanto, uma semelhança marcante entre padrões de relações entre sentenças e padrões de relações entre pensamentos, o que não quer dizer que sejam idênticos ou que um possua primazia em relação ao outro¹².

Deve-se notar que a teoria da interpretação proposta por Davidson é, no que toca a importância de padrões de relação, análoga à teoria da ação esboçada anteriormente. Isto é, ambas procuram estabelecer a explicação de um determinado conjunto de elementos externos (sejam ações ou enunciados linguísticos) a partir de elementos psicológicos.

Essa analogia entre as teorias da ação e teorias da interpretação ocorre, mais especificamente, no sentido em que ambas permitem redescrever eventos. Enquanto uma teoria da ação explica comportamentos por meio de crenças e desejos, uma teoria da interpretação é capaz de redescrever as circunstâncias sob as quais um enunciado é verdadeiro. É, portanto, a conjunção de ambas que proporciona a compreensão do comportamento e das condições em que alguém toma uma sentença como verdadeira¹³; e seria essa conjunção que permitiria atribuir corretamente uma crença a um falante. Conforme explicita Davidson:

Nós podemos saber que um falante toma uma sentença como verdadeira sem saber o que ele quer dizer com ela ou que sentença isso expressa para ele. Mas se sabemos que ele aceita a veracidade da sentença e sabemos como interpretá-la, então podemos atribuir uma crença corretamente. Simetricamente, se sabemos que crença uma sentença

¹¹ DAVIDSON, Donald. Thought and Talk, In: **Inquiries into Truth and Interpretation**. Oxford University Press, 2010. P. 157. No original: “*The chief thesis of this paper is that a creature cannot have thoughts unless it is an interpreter of the speech of another. This thesis does not imply the possibility of reduction, behaviouristic or otherwise, of thought to speech; indeed the thesis imputes no priority to language, epistemological or conceptual*”

¹² Ibid. P. 158.

¹³ To hold true, no original.

tomada como verdadeira expressa, sabemos como interpretá-la.¹⁴

Isso abre espaço para que seja delimitado o primeiro argumento, definido pelo seguinte conjunto de sentenças:

P1 - A interpretação de uma sentença revela um padrão de sentenças verdadeiras;

P2 - A atitude de tomar uma sentença como verdadeira revela um padrão de crenças com conteúdo correspondente;

C (I) - Se um interlocutor toma uma sentença como verdadeira e conhecemos a interpretação dessa sentença, podemos corretamente atribuir-lhe um conjunto de crenças.

As premissas desse argumento aliam a teoria da interpretação (P1) à teoria da ação (P2), e explicam, para Davidson, como padrões de sentenças podem revelar padrões de crenças, levando à conclusão apresentada. Um ponto importante a ser percebido desse argumento é a importância da atribuição de um conjunto de crenças entrelaçadas na interpretação do comportamento, e não de uma única crença isolada; esse é um fator que se pode observar em praticamente todo o argumento estudado.

Todavia, esta conclusão possui tanto pontos positivos como negativos em relação à defesa pretendida no início do artigo, isto é, de que o pensamento depende necessariamente da fala. Neste ponto do texto, Davidson questiona sobre a possibilidade de uma teoria da ação sem uma teoria da interpretação, porém aceita que “todos os métodos comuns de testar teorias de tomada de decisões ou preferência sob incerteza dependem do uso de linguagem”¹⁵. Porém, há uma concessão feita logo adiante no mesmo parágrafo: é possível excluir a necessidade

¹⁴ DAVIDSON, Donald. Thought and Talk, In: **Inquiries into Truth and Interpretation**. Oxford University Press, 2010. P. 162.No original: “We can know that a speaker holds a sentence to be true without knowing what he means by it or what belief it expresses for him. But if we know he holds the sentence true and we know how to interpret it, then we can make a correct attribution of belief. Symmetrically, if we know what belief a sentence held true expresses, we know how to interpret it”

¹⁵ Ibid. P. 162.

de uso de linguagem por parte do sujeito, embora isso torne difícil definir unicamente o conteúdo das crenças e desejos por trás de uma ação sem uso de linguagem. A conclusão que Davidson deriva disso é um tanto peculiar:

O que tudo isso fortemente sugere é que a atribuição de desejos e crenças (e outros pensamentos) deve andar de mãos dadas com a interpretação de fala, que a teoria da decisão ou a teoria da interpretação não podem ser desenvolvidas separadamente.¹⁶

Essa conclusão dá ensejo ao motivo pelo qual Davidson abandona o primeiro argumento. É expresso no texto que a distinção da intensionalidade dos pensamentos é “muito difícil” quando não há fala, como no exemplo dado de explicar como um cachorro saberia que seu dono não está em casa, já que não lhe poderíamos atribuir pensamentos que “Mr. Smith está em casa” ou que “O gerente do banco (o próprio Smith) está em casa”. Todavia, isso contribui apenas para o que seria uma subdeterminação dos pensamentos na ausência de linguagem. O fato de não se ter acesso à forma proposicional exata de um pensamento não é suficiente para negar sua existência.

O ponto seguinte tocado por Davidson é a noção de “autonomia do sentido”¹⁷. Tal autonomia ocorre quando uma enunciação, após compreendida, pode ser usada para qualquer propósito extralinguístico; recurso que, segundo o autor, é condição indispensável à linguagem, de tal modo que a desvincula de elementos intensionais como intenções e crenças. Em outras palavras, a linguagem não é mera instância da intencionalidade, mas uma ferramenta que a representa, mas requer interpretação.

Esta noção monta o cenário para o segundo argumento, que parte da proposta que atribuir um pensamento seria nada mais que imitá-lo por meio de uma cláusula relativa (X pensa que Y). Sendo assim, imitações requereriam o uso de linguagem, fazendo com que possuir um pensamento requeresse também a posse

¹⁶ DAVIDSON, Donald. Thought and Talk, In: **Inquiries into Truth and Interpretation**. Oxford University Press, 2010. P. 163. No original: “*All this strongly suggests that the attribution of desires and beliefs (and other thoughts) must go hand in hand with the interpretation of speech, that neither the theory of decision nor of interpretation can be successfully developed without the other*”

¹⁷ *Autonomy of meaning*, no original.

de linguagem. A forma lógica se dá do seguinte modo, portanto:

P1 - Atribuir um pensamento significa imitar um pensamento;

P2 - Atribuições de pensamento requerem o uso de sentenças;

C (II) - Para possuir um pensamento, é necessário possuir uma disposição para enunciar uma determinada sentença.

Porém, o próprio Davidson lembra que este argumento é falho, pois garante apenas que deve haver um estado mental correspondente ao conteúdo proposicional da sentença utilizada para a atribuição. Nada impediria, entretanto, que se imite o estado mental em que uma criatura sem linguagem possa estar.

O terceiro argumento se forma logo em seguida. Remete-se à noção de tomar algo como verdadeiro. Para ele, estão aí envolvidos dois fatores: o que a pessoa que toma a sentença como verdadeira entende como seu significado e o que ela acredita. Esta distinção se torna importante pela possibilidade de haver crenças erradas sem que isso interfira na interpretação de sentenças. A solução proposta segue na página 169: “[...] Então o que deve contar a favor de um método de interpretação é que ele ponha o interpretador em acordo geral com o falante [...]”¹⁸.

Entretanto, lidar com crenças erradas é necessário, e otimizar a interpretação, no sentido de maximizar a quantidade de atribuições corretas, envolve otimizar o acordo acima mencionado. E seria nesse contexto de otimização que surgiriam conceitos de verdade objetiva e de erro como elementos necessários à interpretação, ou pelo menos no relato de Davidson.

O conceito de crença seria possível somente no contexto de uma linguagem, e, portanto, possuir um pensamento estaria atrelado necessariamente à capacidade de atribuir um a outro indivíduo no pertencimento a uma comunidade de falantes. Conforme Davidson:

¹⁸ DAVIDSON, Donald. Thought and Talk, In: **Inquiries into Truth and Interpretation**. Oxford University Press, 2010. P. 169. No original: “*So in the end what must be counted in favour of a method of interpretation is that it puts the interpreter in general agreement with the speaker*”

[...] Se esta forma de interpretação radical for correta, pelo menos de maneira ampla, então devemos reconhecer que *os conceitos de verdade objetiva, e de erro, necessariamente emergem no contexto da interpretação*. A distinção entre uma sentença ser tomada como verdadeira e ser de fato verdadeira é essencial à existência de um sistema de comunicação interpessoal, e quando em casos particulares houver uma diferença, deve ser contado como erro. Uma vez que a atitude de tomar algo como verdadeiro é a mesma, seja a sentença verdadeira ou não, *ela corresponde diretamente à crença*. O conceito de crença, portanto, serve para preencher o vazio entre a verdade objetiva e o tomado como verdadeiro, e o compreendemos somente nessa conexão.

Temos a ideia de crença apenas a partir do papel da crença na interpretação da linguagem, pois como uma atitude privada não é inteligível, a não ser como uma adequação à norma pública fornecida pela linguagem. Daí se segue que uma criatura deve ser membro de uma comunidade linguística a fim de *possuir o conceito de crença*. E dada a dependência que outras atitudes têm em relação à crença, podemos dizer que *somente uma criatura que possa interpretar a fala pode possuir o conceito de pensamento*.

É possível que uma criatura possua uma crença sem que possua o conceito de crença? Para mim não parece o caso, e pela razão que se segue. Alguém não pode ter uma crença sem que entenda a possibilidade de estar enganado, e isto requer compreender a distinção entre verdade e erro – crença verdadeira e crença falsa. *Mas este contraste, eu argumentei, somente pode emergir no contexto da interpretação, que é a única coisa que nos pode forçar à ideia de uma verdade objetiva e pública.*¹⁹ (Grifos nossos).

Temos, portanto, a partir desta última página, um argumento formado por quatro sub-argumentos. Isto é, Davidson faz uso de argumentos menores a fim de alcançar conclusões que serão usadas como premissas do argumento principal, levando ultimamente à conclusão de que o pensamento somente é possível no contexto da linguagem.

¹⁹ DAVIDSON, Donald. Thought and Talk, In: **Inquiries into Truth and Interpretation**. Oxford University Press, 2010. P. 169-170. No original: “*If this account of radical interpretation is right, at least in broad outline, then we should acknowledge that the concepts of objective truth, and of error, necessarily emerge in the context of interpretation. The distinction between a sentence being held true and being in fact true is essential to the existence of an interpersonal system of communication, and when in individual cases there is a difference, it must be counted as error. Since the attitude of holding true is the same, whether the sentence is true or not, it corresponds directly to belief. The concept of belief thus stands ready to take up the slack between objective truth and the held true, and we come to understand it just in this connection. We have the idea of belief only from the role of belief in the interpretation of language, for as a private attitude it is not intelligible except as an adjustment to the public norm provided by language. It follows that a creature must be a member of a speech community if it is to have the concept of belief. And given the dependence of other attitudes on belief, we can say more generally that only a creature that can interpret speech can have the concept of a thought. Can a creature have a belief if it does not have the concept of belief? It seems to me it cannot, and for this reason. Someone cannot have a belief unless he understands the possibility of being mistaken, and this requires grasping the contrast between truth and error—true belief and false belief. But this contrast, I have argued, can emerge only in the context of interpretation, which alone forces us to the idea of an objective, public truth.*”

Com isso em mente, podemos expressar os sub-argumentos nas formas a seguir:

- Primeiro sub-argumento:

P1' - Conceitos de verdade objetiva e erro emergem somente no contexto da interpretação da linguagem;

P2' - A noção de tomar algo como verdadeiro depende da distinção entre verdade objetiva e erro;

P3' - O ato de tomar como verdadeiro corresponde diretamente à crença;

C' - O conceito de crença somente surge no contexto da interpretação da linguagem.

A conclusão desse argumento concede a Davidson uma premissa importante para a argumentação final. A associação entre o conceito de crença e a interpretação de linguagem parte das noções de verdade objetiva e erro. Essa conclusão aliada às seguintes gera a última parte do argumento.

- Segundo sub-argumento:

P1'' - Para possuir uma crença é necessário compreender a distinção entre crença verdadeira e crença errônea;

P2'' - Compreender tal distinção requer possuir o conceito de crença;

C'' - Portanto, somente é possível possuir uma crença se também possuir o conceito de crença.

Esse é possivelmente o trecho mais difícil da argumentação de Davidson, visto que a crença em sua forma mais pura não parece depender da distinção entre crença verdadeira e crença errônea. Todavia, Davidson oferece mais suporte a essa premissa em outro artigo, *Rational Animals*, no qual argumenta que um aspecto fundamental da crença é a capacidade de se surpreender. Analisaremos esse ponto em momento oportuno.

- Terceiro sub-argumento:

P1''' (C') - O conceito de crença surge somente no contexto da interpretação da linguagem;

P2''' (C'') - Somente é possível possuir uma crença se também possuir o conceito de crença;

C''' – Somente é possível possuir uma crença no contexto da interpretação da linguagem.

Com as conclusões alcançadas nos sub-argumentos anteriores, o terceiro se torna evidente e abre espaço para o seguinte, no qual Davidson se utiliza de uma de suas primeiras premissas, de que o pensamento depende de crença.

- Quarto sub-argumento:

P1'''' (C''') - Somente é possível possuir uma crença no contexto da interpretação da linguagem;

P2'''' – O pensamento depende da crença;

C (III) – O pensamento depende do contexto da interpretação da linguagem.

Como podemos observar, a argumentação de Davidson, é, para todos os efeitos, válida. O que se pode questionar é uma mera questão de aceitação de premissas. A defesa dessas premissas, por sua vez, se dá de maneira mais elaborada nos outros dois artigos que passaremos a abordar a seguir.

1.2 O argumento em *Rational Animals*

Nesse artigo publicado posteriormente a *Thought and Talk*, em 1982, Davidson reproduz a mesma conclusão alcançada anteriormente, porém constrói o argumento enfatizando alguns pontos diferentes, o que faz com que seja possível estabelecer uma compreensão mais clara de suas ideias. Nesta seção, anotaremos os pontos mais importantes do artigo, tomando como base a análise anterior, procurando assim refinar o entendimento que temos do argumento.

De início, é definido o conceito de racionalidade ao ser posto que “[...] ser um animal racional é somente possuir atitudes proposicionais, não importando o quão confusas, contraditórias, absurdas, injustificadas ou errôneas possam ser.”²⁰. O ideal de racionalidade aqui, como podemos ver, não está atrelado a uma capacidade especial de realizar deduções complexas ou verdades metafísicas normalmente associadas à noção de “racionalismo”. Pode-se depreender do texto que esta forma mínima de razão é o que Davidson considera necessário para que um indivíduo possa agir baseado em atitudes proposicionais, o que envolve a capacidade de preferir, acreditar, desejar, etc.

É possível também sublinhar o aspecto teórico do argumento, isso significa dizer que o objetivo é estabelecer as condições para a racionalidade, e não aplicá-las ou recorrer a aspectos empíricos. E esse será um ponto posto em questão por Searle, como veremos no capítulo seguinte. Portanto, apesar de se estabelecer um critério mínimo aplicável de racionalidade, como vimos há pouco, a empreitada é racional: buscar saber o que é racional antes de atividades empíricas. Com base nisso, Davidson procura evitar para si a acusação de antropocentrismo pois, diz ele, seu argumento leva a considerar a linguagem nos moldes humanos como necessária ao pensamento por pré-requisitos teóricos, isto é, por meio de um argumento livre de qualquer preconceito.²¹

Porém, como Davidson adianta sua conclusão de que o pensamento seria impossível fora da linguagem (inclusive por que já foi alcançada em *Thought and Talk*), se torna óbvio um tom de reprovação prévia diante de métodos e conclusões distintas às suas; o que fica claro na seguinte passagem:

Eu prometi não discutir a questão sobre se determinadas espécies são ou não racionais, mas será impossível evitar falar dos feitos e habilidades das bestas pois muita discussão acerca da natureza do pensamento tradicionalmente se concentrou nos poderes mentais de animais não humanos. Eu considero essa abordagem nada mais que um modo colorido

²⁰ DAVIDSON, Donald. *Rational Animals. Subjective, Intersubjective, Objective*. Oxford: Clarendon Press, 2009. P. 95. No original : “to be a rational animal is just to have propositional attitudes, no matter how confused, contradictory, absurd, unjustified, or erroneous those attitudes may be”

²¹ Ibid. P. 96.

(e por vezes emotivo) de pensar a natureza do pensamento.²²

A partir desse tom inicial, podemos depreender que o autor buscará neste artigo sustentar a conclusão de *Thought and Talk* contra a ideia de que comportamento racional seria possível em indivíduos sem linguagem. Todavia, o argumento continua sendo estritamente teórico. Davidson, inclusive, não faz uso de nenhum dado de pesquisas com animais, mas vale-se somente de um exemplo tirado da concepção de senso comum que se tem do comportamento de cães e da atribuição de crença que é concedida a esses animais.²³

Vale antecipar que Davidson recusa o sucesso da interpretação do comportamento animal baseada no senso comum, pois, por mais que funcione, se baseia em assumir mais premissas do que seria razoável, apesar de funcionar bem. Ele compara isso com a possível explicação psicológica do comportamento de um míssil guiado por calor, que aparentemente “quer” acertar alvos quentes, apesar de não possuir nenhuma forma de intencionalidade. Desta forma, atribuir atitudes proposicionais a animais seria uma concessão feita à explicação cotidiana de comportamentos que seriam explicáveis sem a necessidade de qualquer atribuição de racionalidade. Contudo, veremos oportunamente no curso dessa dissertação que isso pode ser uma aplicação exagerada do princípio da parcimônia, análoga a explicações behavioristas do comportamento humano.

A partir desse exemplo da psicologia popular, Davidson procura defender a sua tese de que só é possível atribuir crenças quando há linguagem. Davidson o faz argumentando que uma crença somente é concebível no cenário fornecido pela capacidade de interpretar uma linguagem. Porém, antes de chegar a esse ponto, é preciso limpar o terreno, especialmente no que diz respeito à acusação de behaviorismo.

²² DAVIDSON, Donald. *Rational Animals. Subjective, Intersubjective, Objective*. Oxford: Clarendon Press, 2009. P. 96. No original: “I promised not to discuss the question whether particular species are rational, but it will be impossible to avoid the appearance of talking of the feats and abilities of beasts because so much discussion of the nature of thought has by tradition centered on the mental powers of nonhuman animals. I consider this approach as just a colorful (and sometimes emotionally laden) way of thinking about the nature of thought.”

²³ Davidson traz exemplo da atribuição de crença a um cão de Norman Malcolm.

Esta acusação é descartada, pois Davidson acredita que apesar de ser possível inferir pensamentos a partir de comportamento, isso não implicaria na redutibilidade daqueles a este. Aqui devemos notar uma leve alteração na construção argumentativa em relação à encontrada em *Thought and Talk*, como podemos analisar a partir de uma passagem em particular:

A partir do que foi dito sobre a dependência das crenças em outras crenças, e de outras atitudes proposicionais em crenças, é claro que um padrão bastante complexo de comportamento deve ser observado para que se justifique a atribuição de um único pensamento. Ou, mais precisamente, é preciso haver boa razão para crer que há um padrão suficientemente complexo. E, exceto que haja tal padrão, não há pensamento.²⁴

Davidson logo a seguir coloca que só há tal padrão se houver linguagem, porém essa nova construção estende o argumento do artigo anterior com uma nova premissa. O autor reconhece que a linguagem é necessária à crença por uma via intermediada pelo comportamento. O que justifica que a atribuição de crenças, em primeira instância, não é a linguagem, apesar de ele considerar que a linguagem é imprescindível a esse raciocínio.

Uma particularidade desse artigo ocorre na explicação que Davidson dá à premissa já defendida em *Thought and Talk*, em que ele dita que possuir uma crença requer também o conceito de crença. Compreender essa afirmação constituirá, portanto, o foco do restante deste tópico.

Um aspecto importante dessa premissa é a distinção entre o que é possuir uma crença simplesmente e o que é possuir o conceito de crença. Deve-se reconhecer a importância dessa distinção especialmente por que defender que uma atitude proposicional não exista sem a outra não significa dizer que ambas são a mesma coisa. A chave para essa distinção está no caráter de segunda ordem que há na noção de “possuir um conceito de crença”, o que fica bem claro quando Davidson

²⁴ DAVIDSON, Donald. *Rational Animals. Subjective, Intersubjective, Objective*. Oxford: Clarendon Press, 2009. P. 100. No original: “From what has been said about the dependence of beliefs on other beliefs, and of other propositional attitudes on beliefs, it is clear that a very complex pattern of behavior must be observed to justify the attribution of a single thought. Or, more accurately, there has to be good reason to believe there is such a complex pattern of behavior. And unless there is actually such a complex pattern of behavior, there is no thought.”

coloca que “para possuir qualquer atitude proposicional, é necessário possuir o conceito de uma crença, possuir uma crença sobre crenças” ²⁵. Desta forma, possuir crenças sobre objetos envolveria também, necessariamente, a possibilidade de possuir crenças sobre essas crenças; e, uma vez que pensamentos de segunda ordem requerem linguagem, o conjunto inteiro possuiria esse requerimento. Porém, como Davidson sustenta o primeiro passo? Afinal, não parece evidente que possuir crenças exija uma estrutura tão complexa e acabada. Para chegar a essa justificação, ele chega a um novo ponto que não é tocado no artigo anterior: a surpresa.

A surpresa é, para o autor, uma característica essencial da crença, e requer algo além da simples alteração de um estado de crença. Davidson explica isso oferecendo o exemplo da surpresa que ele teria se acreditasse possuir uma moeda no bolso e logo depois se surpreendesse ao descobrir que não há moeda alguma lá: essa surpresa envolve não somente a mudança de crença sobre haver uma moeda no bolso, mas uma crença sobre a falsidade da primeira crença: uma crença de segunda ordem.

Essa primeira parte do argumento acarreta a questão já trazida no primeiro artigo sobre o conceito de verdade objetiva. Para que um indivíduo seja capaz de distinguir a alteração de suas crenças seria necessário que também concebesse a existência de uma realidade objetiva. Somente o reconhecimento de tal realidade forneceria um cenário regulador da crença. Nas palavras de Davidson, a capacidade de distinguir aquilo em que se crê e aquilo que é o caso.²⁶

Davidson arremata seu raciocínio de *Rational Animals* afirmando que a comunicação linguística é uma garantia do domínio do contraste mencionado acima. Mas será a única garantia? Para responder isso ele fornece uma analogia nas últimas linhas do ensaio:

Se eu estivesse preso ao chão, não possuiria qualquer meio para determinar a distância entre mim e outros objetos. Saberá apenas que

²⁵ DAVIDSON, Donald. *Rational Animals*. **Subjective, Intersubjective, Objective**. Oxford: Clarendon Press, 2009. P. 104.

²⁶ Ibid. P. 105.

estariam em algum ponto de uma linha traçada de mim até eles. Eu poderia interagir com eles, mas não teria nenhuma forma de dar conteúdo à questão sobre onde estariam. Sem estar preso, eu estaria livre para *triangular*. Nosso senso de objetividade é consequência de outra forma de triangulação, que requer duas criaturas. Cada uma interage com um objeto, mas o que oferece à cada um o conceito de como as coisas são objetivamente é a linha de base formada entre elas pela linguagem. O fato de que compartilham um conceito de verdade somente dá sentido à afirmação de que elas possuem crenças, que são capazes de atribuir a objetos um lugar no mundo público.²⁷ (grifo nosso)

Percebemos, portanto, que o ponto de ligação que une o restante do argumento à essa última parte é a capacidade de triangulação, que surgiria somente no contexto da linguagem e seria condição de possibilidade para conceito de verdade objetiva. Porém, como exatamente a capacidade de triangulação somente pode vir da linguagem é uma questão nebulosa; argumentaremos no terceiro capítulo que uma maneira de preservar a estrutura argumentativa de Davidson em quase sua totalidade questionando sua conclusão pode se dar se considerarmos que a triangulação pode ocorrer com base na memória. Porém, a fim de mantermos a cadência do trabalho, partiremos agora ao terceiro artigo a ser analisado neste capítulo.

1.3 O argumento de *What Thought Requires*

What Thought Requires é o artigo mais recente de Davidson sobre o tema, escrito em 2001.

Neste terceiro artigo, Davidson esclarece uma premissa importante, pois subjaz como uma noção fundamental ao argumento que buscamos expor neste

²⁷ DAVIDSON, Donald. *Rational Animals. Subjective, Intersubjective, Objective*. Oxford: Clarendon Press, 2009. P. 105. No original: "If I were bolted to the earth, I would have no way of determining the distance from me of many objects. I would only know they were on some line drawn from me towards them. I might interact successfully with objects, but I could have no way of giving content to the question where they were. Not being bolted down, I am free to triangulate. Our sense of objectivity is the consequence of another sort of triangulation, one that requires two creatures. Each interacts with an object, but what gives each the concept of the way things are objectively is the base line formed between the creatures by language. The fact that they share a concept of truth alone makes sense of the claim that they have beliefs, that they are able to assign objects a place in the public world."

capítulo. Ele coloca que “não há qualquer distinção a ser feita entre possuir conceitos e possuir atitudes proposicionais” e que possuir um conceito é ser capaz de classificar coisas sob o mesmo.²⁸ Uma suposição aparentemente trivial que explica o porquê de considerar as crenças como dependentes do conceito de crença, mas acima disso aponta um aspecto conceitual do argumento que estamos trabalhando.

Assumir de antemão que atitudes proposicionais e conceitos são a mesma coisa deixa o caminho livre para se concentrar na relação entre conceitos e linguagem, deixando a premissa inicial, de que atitudes proposicionais dependem de linguagem, em segundo plano. Davidson associa a capacidade de classificar objetos sob conceitos à estrutura lógica da linguagem e, como vimos, coloca que essa última somente pode fazer sentido no contexto da comunicação. Mas devemos perceber que estamos partindo diretamente da capacidade conceitual e, nesse sentido, um ponto que deverá ser tratado mais adiante é se a capacidade para atitudes proposicionais simplesmente poderia ocorrer sem todo esse aparato, questionando a premissa de que conceitos e atitudes proposicionais devam coincidir.

Sobre o problema de como explicar o comportamento de animais que, sob a interpretação mais simplória possível, são pelo menos orientados a objetivos, Davidson coloca que simples tendências para buscar certos tipos de estímulo e evitar outros não seriam motivos para creditar atitudes proposicionais (ou conceitos, já que neste argumento são equivalentes), pois não possuem conteúdo proposicional. A justificativa dessa asserção acaba, entretanto, vindo de maneira muito reduzida: ele simplesmente coloca que não acreditamos que minhocas ou girassóis possuem conceitos.²⁹

Todavia, podemos estender o argumento a um patamar mais discutível. Davidson não nega que seres sem linguagem são capazes de fazer distinções finas, nem que sejam capazes de adaptar seu comportamento diante de estímulos. Há motivos também para crer que Davidson não negaria a posse de *qualia* por parte de alguns desses animais, o que os distinguiria, até onde podemos inferir, de meras

²⁸ DAVIDSON, Donald. What Thought Requires. **Problems of Rationality**. Oxford: Clarendon Press, 2010. P.136. No original: “There is no distinction to be made between having concepts and having propositional attitudes. To have a concept is to class things under it.”

²⁹ Ibid. P. 136.

máquinas. Não sabemos bem que tipo de *qualia* uma minhoca poderia possuir, se é que possui algum, mas é seguro dizer que um mamífero em condições normais com olhos saudáveis possui impressões visuais. O ponto, portanto, é o seguinte: será que um animal que reconhece visualmente o alimento e vai até ele para matar a fome está se comportando da mesma maneira que um girassol?

No comportamento do mamífero hipotético descrito acima há pelo menos dois estímulos encadeados de alguma maneira: o reconhecimento da aparência visual do alimento (uma “distinção fina”) e a fome saciada após sua ingestão. Sobre se isso envolve alguma compreensão de um conceito de comida (ainda que meramente imagético), a continuação do argumento de Davidson em *What Thought Requires* responde que não. Davidson argumenta que a formação de conceitos somente se dá por meio de alguma forma de *triangulação*.

A triangulação, conforme o molde proposto por Davidson, requer a interação de dois sujeitos com objetos no mundo, o que permite a aquisição da noção de erro e, por consequência, a distinção entre conhecimento e crença. Para o autor, esse procedimento também exige a linguagem como um meio pelo qual a comunicação pode se dar, e seria também o único meio capaz de fazer emergir o conceito de realidade objetiva.

Retornaremos a esse ponto mais adiante no trabalho, é conveniente nesse momento final do capítulo a exposição um sumário dos argumentos de Davidson que traçamos até aqui.

1.4 Sumário do argumento e o quesito da triangulação

As ideias contidas nesses três artigos podem ser organizadas de maneira mais unificada. De fato, o trabalho de Davidson foi sistemático e abrangente o suficiente para que trabalhos coerentes fossem elaborados sobre o conjunto de sua obra. Temos por exemplo, o livro “Donald Davidson: Meaning, Language and Reality” de Ernest Lepore e Kirk Ludwig, que se dedica a uma análise ampla da filosofia de Davidson classificada por seus principais temas.

A influência de Davidson é de tal porte que pode ser colocada lado a lado em termos de importância histórica com David Hume e René Descartes, como faz Robert Lurz em seu artigo sobre a questão das mentes de animais³⁰. Com base nestas considerações, tomaremos os dois marcos teóricos mencionados como base para elaborar um sumário da argumentação de Davidson, a fim de concluir o capítulo.

O primeiro ponto da argumentação revista a ser expresso neste sumário é o que Lurz chama de teste de intensionalidade. Como vimos, para Davidson, a atribuição de crenças ocorre de maneira tal que as condições de verdade da atitude proposicional são diferentes daquelas da proposição tomada isoladamente. Assim, dizer que “João acredita que Thomas Edison inventou a lâmpada incandescente” não significa necessariamente que “João acredita que o inventor do gramofone inventou a lâmpada incandescente”. Isto ocorre, pois essas sentenças são semanticamente opacas³¹, isto é, sua interpretação depende de conhecer outras crenças do sujeito e como ele as interpreta.

Essa característica levaria, portanto, a uma indeterminação das atitudes proposicionais que poderíamos atribuir a animais pela limitação de somente podermos atribuir atitudes proposicionais com uso de linguagem. Assim, não seria possível decidir que sentença escolher ao atribuir uma crença a um ser sem linguagem, ou, como Davidson coloca, comportamento que possa ser interpretado como linguagem.

Esse, contudo, é o argumento mais fraco, e Davidson o usa somente como uma forma de indicativo da dificuldade inerente à atribuição de pensamentos a seres sem linguagem. O passo seguinte em nível de importância é o argumento a partir do holismo, tratado mais a fundo tanto por Lurz e por Lepore & Ludwig³².

Esse segundo argumento, a partir do holismo, parte da premissa de que para possuir uma crença qualquer é necessário também possuir um número indeterminado de crenças entrelaçadas. Davidson, percebemos, acredita que isso

³⁰ LURZ, Robert. Animal Minds. **Internet Encyclopedia of Philosophy**. Disponível em: <<http://www.iep.utm.edu/ani-mind/>>.

³¹ Ibid.

³² Cf. LEPORE, Ernest & LUDWIG, Kirk. **Donald Davidson: Meaning, Truth, Language and Reality**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

somente é possível no contexto da linguagem, ou comportamento interpretável como tal. Lepore e Ludwig o organizam da seguinte forma:

(A1) Crenças e outras atitudes proposicionais somente são atribuíveis em redes densas de tais atitudes.

(A2) Atribuir uma rede densa de atitudes proposicionais requer o suporte de um padrão de comportamento que dê substância às atribuições.

(A3) O padrão de comportamento requerido não pode ser exibido na ausência de comportamento verbal interpretável como atos de fala.

(A4) Portanto, somente animais com linguagem podem possuir atitudes proposicionais ³³

Os autores do trabalho citado logo acima concluem que esse segundo argumento, especialmente em sua terceira premissa, leva à questão da indeterminação. Em seu texto, argumentam que é fácil aceitar que vários comportamentos de animais não linguísticos podem ser interpretados com algum grau de precisão, e que atitudes proposicionais podem captar esse comportamento de maneira satisfatória, ainda que menos precisa do que as atribuições que fazemos a seres humanos. Pode-se apontar ainda que precisão absoluta ao atribuir uma atitude proposicional é impossível, existindo algum grau de indeterminação mesmo nas atribuições entre humanos.

Isso nos leva, portanto, ao argumento mais importante, baseado no conceito de crença. Como vimos, Davidson sustenta inicialmente que as crenças são fundamentais a qualquer atitude proposicional, e que elas requerem também o conceito de crença. Ele argumenta em seguida que o conceito de crença depende da linguagem, e portanto, o conjunto inteiro dependeria da linguagem. Vimos também que para sustentar suas premissas, Davidson recorre a sub-argumentos, nos quais desenvolve noções que sustentam a conclusão final. Entre essas noções importantes, está a de que os conceitos de verdade objetiva e de erro são fundamentais à crença, e que estes somente surgem no contexto da interpretação.

³³ LEPORE, Ernest & LUDWIG, Kirk. **Donald Davidson**: Meaning, Truth, Language and Reality. Oxford: Oxford University Press, 2005. P. 392. No original: "(A1) Beliefs and other propositional attitudes are ascribable only in dense networks of such attitudes. (A2) Attributing a dense network of propositional attitudes to another requires for support a rich pattern of behavior that gives substance to the attributions. (A3) The pattern of behavior required cannot be exhibited in the absence of verbal behavior interpretable as speech acts. (A4) Therefore, only linguistic animals can have propositional attitudes."

Para Davidson, não é possível para uma criatura distinguir entre seu conjunto de crenças e a verdade objetiva sem comunicação. Esse fenômeno se encaixa na concepção de triangulação elaborada por Davidson. Os detalhes desse conceito encontram-se definidos em *Three Varieties of Knowledge*³⁴, de 1991, que fornece os elementos conclusivos da argumentação de Davidson analisada neste capítulo.

No artigo mencionado, é estabelecido que existem três variedades de conhecimento empírico: sobre os próprios estados mentais, sobre o mundo externo e sobre o conteúdo proposicional de outras mentes. Deve-se perceber que nessa proposta, já fica implícito que estados mentais possuem conteúdo proposicional, como Davidson defende em outras partes do seu trabalho. O aspecto mais importante a ser notado é que, apesar de haver um grau de certeza diferente entre as três variedades descritas, é argumentado no artigo que elas são irredutíveis entre si e que somente podem existir em conjunto, o que há de ser explicado por meio do conceito de triangulação.

Davidson estabelece a necessidade do conjunto a partir de sua concepção de crença. Para tal, ele mantém que possuir uma crença requer a capacidade de distinguir entre crença verdadeira e crença falsa. Com isso, é dado um passo à frente e posto que para se compreender a natureza da crença deve-se examinar a origem do conceito de verdade³⁵.

A fonte do conceito de verdade objetiva é creditada por Davidson à comunicação interpessoal, algo que ele traz de Wittgenstein e seu posicionamento contra a possibilidade de uma linguagem privada, como ele explica na seguinte passagem:

O argumento central contra linguagens privada é que, ao menos que uma linguagem seja compartilhada, não há maneira para distinguir entre o seu uso correto e o incorreto; somente a comunicação com outro pode suprir uma checagem objetiva. Se somente a comunicação pode fornecer a verificação do uso das palavras,

³⁴ DAVIDSON, Donald. **Three Varieties of Knowledge**. In . Subjective, Intersubjective, Objective. New York: Oxford University Press, 2001.

³⁵ Ibid. P. 209.

somente a comunicação pode oferecer um padrão de objetividade em outros domínios [...] ³⁶

Nesta concepção, o pensamento tomado como atitude proposicional depende da existência de uma linguagem compartilhada, visto que o conteúdo proposicional necessita da noção de verdade objetiva. Contudo, é possível que esta não seja a única forma possível de conceber o que seja um pensamento, como será visto mais adiante.

Por ora, é importante frisar a perspectiva tomada por Davidson. Como Robbins Burling aponta em *The Talking Ape: How Language Evolved*, pode-se investigar o desenvolvimento da linguagem de duas formas: de como algum ancestral parecido com os grandes símios atuais adquiriu linguagem e se tornou o humano atual ou, inversamente, observando a partir da nossa linguagem e especulando sobre as condições que poderiam tê-la feito surgir. Burlings sugere que cada um dos pontos de vista tende a exaltar seu ponto de partida. Partir da linguagem humana, algo que seria típico dos linguistas, a faz parecer excessivamente distinta de qualquer comportamento encontrado em primatas; enquanto o empreendimento contrário, que seria exercido principalmente por primatólogos, possuiria tendências para superestimar a capacidade dos símios não humanos. ³⁷

Davidson toma o caminho dos linguistas, como fica evidente ainda em *Three Varieties of Knowledge*:

Ao se comunicar, o que um falante e seu interpretador devem compartilhar é uma compreensão do que os enunciados do falante

³⁶ DAVIDSON, Donald. **Three Varieties of Knowledge**. In . Subjective, Intersubjective, Objective. New York: Oxford University Press, 2001. P. 209-210. No original : “*The central argument against private languages is that, unless a language is shared, there is no way to distinguish between using the language correctly and using it incorrectly; only communication with another can supply an objective check. If only communication can provide a check on the correct use of words, only communication can supply a standard of objectivity in other domains*”

³⁷ BURLINGS, Robbins. **The Talking Ape: How Language Evolved**. New York: Oxford University Press, 2005. P. 48.

significam. Como isso é possível? Poderia ajudar se soubéssemos como a linguagem surgiu em primeiro lugar, ou pelo menos se fosse possível relatar como um indivíduo aprende sua primeira língua, dado que outros em seu ambiente já são competentes linguisticamente. Na ausência de tais conhecimento e relato, o que podemos fazer é perguntar como um intérprete competente (aquele com recursos conceituais e uma linguagem própria) pode vir a compreender o falante de uma linguagem estrangeira. Uma resposta para essa questão deve revelar alguns aspectos importantes da comunicação, e iluminar indiretamente as condições de uma primeira linguagem.³⁸

Percebe-se, portanto, uma das possíveis razões pelas quais Davidson toma o par linguagem/pensamento como um “pacote fechado”: ele a analisa a partir do intérprete previamente dotado de uma linguagem com recursos conceituais e atitudes proposicionais. Serão vistos a seguir modelos de argumentação que alcançam resultados diferentes.

Por ora, é importante perceber que os dois primeiros argumentos, da intensionalidade e do holismo, são incorporados parcialmente na estrutura do argumento principal de Thought and Talk. O teste da intensionalidade sobrevive na sua pressuposição mais simples, de que a atribuição de pensamentos passa pela atribuição de atitudes proposicionais. Isso pode ser identificado inclusive na importância que Davidson dá às noções de verdade objetiva e erro, que podem ser associadas à verdade e falsidade típicas das proposições. O holismo, por sua vez, perdura na importância dada à crença, que perpassa toda a argumentação principal.

No capítulo seguinte, serão estudados dois argumentos que chegam à conclusão de que é possível atribuir pensamentos a criaturas sem linguagem, contrariamente à Davidson, a fim de que se possa finalmente avaliar os argumentos

³⁸ DAVIDSON, Donald. **Three Varieties of Knowledge**. In . Subjective, Intersubjective, Objective. New York: Oxford University Press, 2001. P. 210. No original : “*In communication, what a speaker and the speaker’s interpreter must share is an understanding of what the speaker means by what he says. How is this possible? It might help if we knew how language came into existence in the first place, or at least could give an account of how an individual learns his first language, given that others in his environment are already linguistically accomplished. Failing such knowledge or account, what we can do instead is ask how a competent interpreter (one with adequate conceptual resources and a language of his own) might come to understand the speaker of an alien tongue. An answer to this question should reveal some important features of communication, and throw indirect light on what makes possible a first entry into language.*”

divergentes e alcançar a conclusão dessa dissertação.

CAPÍTULO 2 – Duas teorias do pensamento não linguístico

2.1 Das dificuldades das teorias que aceitam pensamentos sem linguagem

Defender a atribuição de pensamentos na ausência de linguagem passa por uma série de dificuldades, de tal modo que antes de expor os argumentos com conclusões contrárias à tese apresentada por Davidson, é importante avaliar as dificuldades a que essas construções estão sujeitas. Assim, espera-se que o caminho traçado pelos argumentos a favor da independência do pensamento em relação à linguagem fique mais evidente.

O primeiro e mais evidente questionamento sobre a proposta pela possibilidade de pensamentos sem linguagem reside no campo prático. Atribuimos tranquilamente pensamento a seres com linguagem, pois estes nos podem contar seus estados mentais de maneira direta, o que torna uma atribuição de pensamento muitas vezes um relato na forma de discurso indireto.

Uma crítica ingênua que pode ser feita à atribuição pelo discurso indireto é considerar que as pessoas podem mentir; todavia, atribuir a capacidade de mentir envolve a atribuição de uma série de outros pensamentos, o que termina por resultar inclusive numa atribuição mais rica de estados mentais.

Para seres sem linguagem, a atribuição não pode ocorrer como um relato indireto de um ato de fala, por motivos óbvios. Visto que a única maneira de atribuir um pensamento é com o uso de linguagem (com o uso de atitudes proposicionais, como vimos), temos o cerne da dificuldade: para construir um argumento bem sucedido para atribuir pensamentos a seres sem linguagem é preciso encontrar uma maneira de explicar como e por que é possível descrever eventos mentais não-linguísticos (pelo menos aparentemente) por meio de linguagem.

Em relação a essa dificuldade, uma saída é possível se recorrermos ao

behaviorismo. Assim, explicam-se os pensamentos como disposição para comportar-se de determinada maneira e elimina-se a primazia da linguagem no processo explicativo. Não é uma alternativa satisfatória, entretanto, pois o behaviorismo mais puro pode eliminar a própria necessidade de atribuir pensamentos, uma forma de simplificação que foge ao escopo deste trabalho. Afinal, busca-se neste capítulo verificar se pensamentos podem ser atribuídos na ausência de linguagem.

Outra dificuldade reside na identificação de um novo limite para a atribuição de pensamentos. No pensamento de Davidson temos um limite claro, que é a própria linguagem. A atribuição de pensamentos a comportamentos não linguísticos, por sua vez, requer uma distinção mínima sobre que tipo de comportamento envolve pensamento. Isso é necessário pois não é desejável, a princípio, uma teoria muito frouxa. Desta maneira, uma teoria razoável não pode permitir que se atribuam pensamentos a máquinas simples (mesmo que digamos corriqueiramente que “o carro teimoso não quis funcionar pela manhã”). Também é importante deixar de fora animais cuja biologia não é consistente com atribuições excessivamente complexas, visto que é pouco defensável dizermos que planárias possuem crenças e desejos sobre seu ambiente.

Ao mesmo tempo, busca-se uma teoria que não deixe de fora comportamentos que são dificilmente explicáveis sem que haja atribuições de pensamento. A este respeito, é pouco interessante uma teoria que não considere pelo menos os grandes primatas (chimpanzés, gorilas, bonobos e orangotangos) como portadores de crenças e desejos. Em relação a esta atribuição temos mais conhecimento a favor que contra, ante a complexidade do comportamento observada nestes animais, além da proximidade da sua biologia à humana.³⁹ Nesse sentido, a proximidade entre espécies chega a levar intelectuais proporem a fusão dos gêneros taxonômicos *pan* (chimpanzés e bonobos) e *homo* em um só.⁴⁰

Essa questão certamente suscita controvérsia, visto que a posse de pensamentos normalmente é tida como um privilégio da racionalidade humana.

³⁹ Sobre a gama de comportamentos observada nestes símios, conferir trabalhos como WAAL, Frans. **Chimpanzee Politics: Power and sex among the apes**. 1 Ed. New York: Johns Hopkins University Press, 2007 e GOODALL, Jane. **The Chimpanzees of Gombe: Patterns of behavior**. New York: Belknap Press, 1986.

⁴⁰ DIAMOND, Jared. The Third Chimpanzee. In **The Great Ape Project**. Org. SINGER, Peter & CAVALIERI, Paola.

Porém, deve-se neste trabalho, como Davidson, abordar o problema da relação entre pensamento e linguagem de maneira abstrata. Isto significa buscar as condições de existência do pensamento em uma determinada criatura.

Reconhecendo o valor explicativo da teoria da evolução tal como se apresenta atualmente, e assumindo que a inteligência é um traço evolutivo, precisamos de uma teoria acerca da atribuição de pensamentos que seja condizente com esse cenário. Assim, é bem provável que, a fim de que uma teoria seja coerente, ela deva oferecer uma interpretação da inteligência e dos pensamentos como parte de um contínuo evolutivo, havendo, portanto, diversos graus de complexidade entre os pensamentos que uma criatura possa possuir.

Outra dificuldade, apontada por Davidson, é o problema da subdeterminação dos pensamentos na ausência de linguagem, tal como foi mencionado no tópico 1.2 do capítulo anterior. A falta de comportamento linguístico diminui consideravelmente a certeza que podemos ter sobre o que certo indivíduo está pensando, porém é preciso lidar com incerteza de maneira que ela não exclua a própria possibilidade da atribuição.

Portanto, uma teoria diferente da defendida por Davidson exposta no capítulo anterior e que defenda a atribuição de pensamentos sem linguagem precisa também ser diferente em uma série de pontos cruciais. Precisa, portanto, lidar com o que significa possuir pensamentos no sentido em que admita graus diferentes de pensamento, e não somente dois estados absolutos, mas de maneira precisa o suficiente para que as atribuições façam sentido. Além disso, precisa lidar com o problema da subdeterminação, defendendo satisfatoriamente que, mesmo sob incerteza de seu conteúdo, certos seres possuem pensamentos. Veremos que as duas teorias abordadas no curso deste capítulo tratam de modos distintos esse problema, mas ambas concordam que há tipos de pensamentos que dependem de linguagem enquanto há outros que independem.

Diante dessas considerações, analisaremos duas defesas particulares, uma de maneira preliminar e outra de maneira mais detalhada. A primeira é a elaborada por John Searle, em um capítulo de seu livro “Consciência e Linguagem”. Nesse texto abordado, verificaremos a possibilidade da atribuição razoável de pensamento

a criaturas não linguísticas, além do apelo pragmático de tais atribuições. São também abordadas a questão do dualismo e o relacionamento problemático dessa pressuposição com a atribuição de pensamentos não linguísticos.

Em seguida, partiremos para a ontologia mais detalhada de José Luis Bermudez, sem sua obra “Thinking Without Words”, de 2003. Nessa segunda análise, veremos como ele constrói uma teoria detalhada para a atribuição de pensamentos sem o uso da linguagem, verificando inclusive os limites desse tipo de atribuição.

2.2 John Searle e as Mentes Animais

Searle inicia o capítulo em questão a partir de uma distinção importante entre consciência, intencionalidade e pensamento, que vale a pena ser citada em extenso:

Por “consciência” eu me refiro aos estados subjetivos da senciência e percepção que possuímos quando estamos despertos (e, em menor grau de intensidade, quando dormimos); por “intencionalidade” eu me refiro ao aspecto da mente pelo qual a mesma se direciona a objetos e estados de coisas no mundo; e por “processos de pensamento” eu me refiro às sequências temporais de estados intencionais que são sistematicamente relacionados uns aos outros, e no qual esse relacionamento obedece a certos princípios racionais.⁴¹

Temos aqui, portanto, uma gradação não observada no trabalho de Davidson. A teoria elaborada por este último não contempla tal distinção entre intencionalidade e pensamento, já que, para ele, a primeira dependeria de atitudes proposicionais como crenças e desejos.

A intencionalidade, definida por Searle como uma capacidade da mente para direcionar a objetos e estados de coisas, reflete a estrutura mais básica das atitudes

⁴¹ SEARLE, John. **Consciousness and Language**. Endinburgh: Cambridge University Press, 2002. P. 61. No original: “By ‘consciousness’ I mean those subjective states of sentience and awareness that we have during our waking life (and at a lower level of intensity in our dreams); by ‘intentionality’ I mean that feature of the mind by which it is directed at or about objects and states of affairs in the world; and by ‘thought processes’ I mean those temporal sequences of intentional states that are systematically related to each other, where the relationship is constrained by some rational principles”

proposicionais. Esse relacionamento do sujeito com o mundo pode ser expresso por meio de um verbo psicológico, enquanto o objeto ou o estado de coisas a que a intenção se refere podem ser expressos pelo predicado da sentença. Portanto, uma atitude como “X crê que Y” é, conforme esta definição dada por Searle, uma atitude intencional.

É interessante perceber que Searle separa a consciência do restante do aparato racional necessário ao pensamento, algo fundamentalmente diferente da proposta de Davidson, que argumentou, como vimos, que as atitudes proposicionais mais básicas, crença e desejo, fazem parte de um “pacote fechado”. Searle, contudo, coloca que “muitos animais” possuem essas três características⁴².

Em primeiro lugar, ele coloca que o dualismo cartesiano e suas consequências são um entrave para a argumentação. Certamente, ele faz essa crítica a fim de introduzir o seu conceito de “naturalismo biológico”, que abordaremos mais adiante. Contudo, a questão mais importante desse momento da argumentação de Searle se traduz no seguinte trecho:

Se toda mente é uma alma imortal, então somente seres que podem possuir almas imortais podem possuir mentes. A saída natural desse labirinto é abandonar o dualismo, tanto o dualismo de propriedades como o dualismo de substâncias. E ao realmente abandonar o dualismo, abandona-se também o materialismo, o monismo, a tese da identidade, o *behaviorismo*, a identidade *token-token*, o funcionalismo, a IA forte, e todas as outras excrescências que o dualismo produziu durante os séculos XIX e XX. Propriamente compreendidas, todas essas visões absurdas são formas de dualismo.⁴³

Não é do escopo dessa dissertação, nem Searle o faz no capítulo estudado, analisar a inviabilidade de todas essas propostas em filosofia da mente. O

⁴² SEARLE, John. **Consciousness and Language**. Endinburgh: Cambridge University Press, 2002. P. 62

⁴³ Ibid. P.63. No original: “*If every mind is an immortal soul, then only beings that can have immortal souls can have minds. The natural way out of this puzzle is to abandon dualism, both property dualism and substance dualism. And if one abandons dualism, if one really abandons it, then one must also abandon materialism, monism, the identity thesis, behaviorism, token-token identity, functionalism, Strong AI, and all of the other excrescences that dualism has produced in the nineteenth and twentieth centuries. Properly understood, all these absurd views are forms of dualism*”

importante é perceber que ele procura uma teoria que se encaixe com seu pressuposto básico, de que muito do que observamos no comportamento de animais envolve consciência, intencionalidade e pensamento, algo que para ele é intuitivo. Visões que neguem isso como pressuposto lhe parecem, obviamente, contraintuitivas, como ele demonstra na parte introdutória do capítulo:

Pense um pouco sobre o quão contraintuitivas são essas negações: eu chego em casa após o trabalho e Ludwig [o cão] vem correndo me encontrar. Ele pula e abana a cauda. Estou certo de que (a) ele é consciente; (b) ele está ciente da minha presença (intencionalidade); e (c) que esta percepção produz nele um estado de prazer (processo de pensamento). Como é possível negar a, b ou c? Como seu nome poderia sugerir, “É assim que jogamos o jogo de linguagem com ‘estar certo de’.” ⁴⁴

Sobre o apelo de sua proposta, Searle coloca a negativa de certas capacidades mentais a animais e a afirmação delas como exclusividade humana sob o ônus da seguinte prova: “a diferença entre os cérebros humanos e animais é tal que o cérebro humano pode causar e sustentar intencionalidade e pensamento, enquanto o cérebro animal não” ⁴⁵.

Até aqui podemos ver que Searle se preocupa com critérios semelhantes aos enumerados no começo do capítulo, procurando por uma explicação que seja coerente com os dados que se apresentam. Como veremos, sua argumentação procura conceder crédito à biologia na questão da continuidade evolutiva e distingue entre tipos de pensamentos possíveis na ausência de linguagem e tipos impossíveis. O problema da subdeterminação também é encarado, como será visto mais adiante.

Ele aponta para a continuidade biológica que há entre os humanos e os primatas, caracterizada por cérebros muito parecidos. Searle argumenta que essas

⁴⁴ SEARLE, John. **Consciousness and Language**. Endinburgh: Cambridge University Press, 2002. P. 62. No original: “Think for a moment how counterintuitive such denials are: I get home from work and Ludwig rushes out to meet me; He jumps up and down and wags his tail. I am certain that (a) he is conscious; (b) he is aware of my presence (intentionality); and (c) that awareness produces in him a state of pleasure (thought process). How could anyone deny either a, b or c? As his namesake might have said, ‘this is how we play the language game with ‘certain’”

⁴⁵ Ibid. P. 64

semelhanças não sustentam uma teoria que coloque a mente humana como fundamentalmente diferente da desses animais.⁴⁶

E então, ele chega ao ponto de maior interesse do nosso trabalho:

A suposta diferença crucial entre humanos e animais, em todos os argumentos que eu conheço, é a mesma: a posse humana da linguagem torna o pensamento humano possível, e a ausência de linguagem torna o pensamento animal impossível.⁴⁷

Searle elabora que a linguagem em grande parte se demonstrou ser uma exclusividade humana, apesar das várias evidências de aprendizado de linguagem por outras espécies. Mas ele completa que isso somente garante que estados mentais que dependam de linguagem sejam exclusivos daqueles que possuam linguagem. Todavia, Davidson concorda com isso; ele somente acrescenta que qualquer pensamento depende de linguagem, e assim não haveria pensamento sem linguagem.

A questão passa a ser, portanto, como podemos saber se um determinado estado mental depende ou não de linguagem? Qual deve ser o critério? Essa dificuldade surge, no caso da ausência de linguagem, pelo problema da subdeterminação já abordado neste trabalho.

A resposta mais simples consiste em dizer que a subdeterminação de um estado mental tem a ver com sua inexistência, mas o próprio Davidson abandona esse argumento. Contudo, é uma questão que quem deseje lidar com estados mentais não linguísticos deve enfrentar.

Searle resolve o problema da subdeterminação de maneira criativa, apontando que ela ocorre mesmo na presença de linguagem.⁴⁸ Vários termos são vagos, como crença e desejo. Ao dizer que alguém crê em alguma coisa, não se

⁴⁶ SEARLE, John. **Consciousness and Language**. Endinburgh: Cambridge University Press, 2002. P. 64

⁴⁷ Ibid. P. 64. No original: *"The alleged crucial difference between humans and animals, in all of the arguments I know, is the same: the human possession of language makes human thought possible and the absence of language in animals makes animal thought impossible"*

⁴⁸ Ibid. P. 66

sabe, por exemplo, seu grau de certeza. Muitas vezes sequer o indivíduo a que se atribui a crença sabe do seu grau de certeza até que reflita e então fixe suas características. Desta maneira, pode-se argumentar que a subdeterminação de um estado mental não é suficiente para que se possa falar de sua ausência.

O argumento principal de Davidson, entretanto, recebe maior atenção de Searle. Este define a essência do argumento de Davidson da seguinte forma:

A ideia básica deste argumento aparenta ser que, dado que “verdade” é um predicado semântico metalinguístico e também que a posse de crenças requer a capacidade de distinguir entre crenças verdadeiras e falsas, deve-se seguir, aparentemente, que a posse de crenças requer predicados semânticos metalinguísticos, e isto obviamente requer linguagem.⁴⁹

Como podemos ver, Searle se concentra no último passo de Davidson, e resolve responder à questão estendendo o que Davidson faz em relação às crenças para todos os estados intencionais. Crenças são estados intencionais, conforme a definição mencionada no início do tópico, visto que são estados mentais dirigidos a um objeto ou a um estado de coisas; sendo assim, crenças e estados intencionais devem compartilhar características importantes.

Searle concorda com Davidson sobre a posse de crenças requerer a distinção entre crenças verdadeiras e falsas, e estende isso à diferenciação entre a satisfação ou não de qualquer estado intencional. Contudo, Searle discorda que isso exija linguagem, e explica isso examinando outro ponto do trabalho de Davidson.

Foi mostrada no capítulo anterior a noção de crenças inter-relacionadas elaborada por Davidson. Vimos que, para ele, crenças não fazem sentido em isolamento, dependendo de uma rede de outras crenças que deem suporte e construam o significado de crenças particulares. Mas Searle possui uma visão diferente disso:

⁴⁹ SEARLE, John. **Consciousness and Language**. Endinburgh: Cambridge University Press, 2002. P. 67. No original: “*The basic idea in this argument seems to be that since ‘truth’ is a metalinguistic semantic predicate and since the possession of belief requires the ability to make distinction between true and false beliefs, it seems to follow immediately that the possession of beliefs requires metalinguistic semantic predicates, and that obviously requires a language*”

[...] crenças e desejos estão inseridas não somente em uma rede de outras crenças e desejos, mas também em uma rede de percepções e ações, e estas são as formas biológicas precursoras da intencionalidade.⁵⁰

Searle acredita que percepção, ação e intencionalidade estão intimamente ligadas, visto que tipicamente percepções fixam crenças que, juntamente com desejos, fixam modos de ação⁵¹. Pode-se questionar sobre como um evento mais simples como a percepção pode nos dar certeza da existência de algo mais complexo como a intencionalidade; afinal, isso pode parecer uma dedução forçada.

Searle reconhece isso, mas responde que a atribuição de crenças e desejos pode ser, em muitos casos, a única forma de explicar comportamento. Tomando o exemplo do cão que persegue o gato e continua latindo em baixo de uma árvore mesmo sem ter mais qualquer percepção do mesmo, ele argumenta que a única maneira de explicar a situação é atribuindo ao cão a crença de que o gato está na árvore. Seguindo o mesmo raciocínio, a única maneira de explicar o comportamento de o cão que, vendo o gato no quintal da casa vizinha o persegue, é atribuir-lhe uma nova crença, corrigida pela nova percepção.

Fazer com que a distinção entre crença verdadeira e crença falsa seja apenas mais uma distinção entre a satisfação ou não de um estado intencional requer que a noção de predicados metalinguísticos seja revista. Como vimos, Searle interpreta o argumento de Davidson considerando que este último entende a verdade como um predicado metalinguístico necessário para a posse de crenças. A partir daí, seria possível defender a posição de Davidson que o critério de satisfação de estados intencionais proposto por Searle requer predicados inexplicáveis sem linguagem.

Searle, contudo, argumenta que os predicados *verdadeiro* e *falso* são, além de metalinguísticos, também metaintencionais em um nível mais fundamental. A defesa de Searle dessa posição particular se segue pela explicação de que quaisquer distinções que animais façam requerem a presença de tais predicados.

⁵⁰ SEARLE, John. **Consciousness and Language**. Endinburgh: Cambridge University Press, 2002. P. 67. No original: “*beliefs and desires are embedded not only in a network of other beliefs and desires but more importantly in a network of perceptions and actions, and these are the biologically primary forms of intentionality.*”

⁵¹ Ibid. P. 68

Por exemplo, um animal que seja capaz de diferenciar uma cor de outra pode fazê-lo sem linguagem, e isso não é fundamentalmente diferente da distinção entre a satisfação de desejos ou da correção de crenças.

Mais adiante, Searle mantém que crenças e desejos são de fato fundamentais, mas independentes de linguagem, e reitera que o cão do exemplo extensamente debatido tem seu comportamento explicado com pensamentos e sem linguagem. Porém, há certos estados intencionais que só podem ser explicados com linguagem, e é a essa lacuna que Searle se reporta nos momentos seguintes do seu capítulo.

Searle começa uma lista aberta a qual oferece inicialmente cinco tipos de estados intencionais: 1) estados que são sobre a própria linguagem; 2) estados sobre fatos que possuem a linguagem como parte de sua constituição; 3) estados que representam fatos que estão distantes demais em espaço e tempo da experiência de modo que são irrepresentáveis sem linguagem; 4) estados que representem fatos complexos, onde a complexidade não pode ser representada sem linguagem; e 5) estados que representem fatos para os quais o modo de apresentação do fato o localiza relativo a algum sistema linguístico.⁵²

Por um lado, é possível perceber a partir da lista de Searle por que Davidson e outros filósofos se inclinaram a negar a existência de pensamentos sem linguagem, visto que as restrições parecem demasiado severas, afinal a enumeração parece abranger a maior parte dos nossos pensamentos. Por outro, devemos entender que o argumento de Searle aponta para a questão dos pensamentos de segunda ordem, isto é, pensamentos sobre pensamentos.

Nesse sentido, uma leitura possível do argumento de Davidson passa justamente pela ênfase nos pensamentos de segunda ordem. Afinal, o argumento que estudamos passa pela necessidade do conceito de crença para a crença, isto é, a capacidade de refletir sobre a própria atitude de crer, uma atividade de segunda ordem. Searle, por sua vez, procura deixar claro que existem tipos de estados intencionais que não se valem dos artifícios que somente a linguagem pode oferecer, como referências distantes da experiência imediata (3º item), demasiado

⁵² SEARLE, John. **Consciousness and Language**. Endinburgh: Cambridge University Press, 2002. P. 69-70

complexas (4º item) ou intrinsecamente relacionadas à linguagem (1º, 2º e 5º itens).

A lista de Searle é interessante não só por excluir estados mentais que obviamente requerem linguagem, mas por indicar o caminho para estados mais simples e que podem ocorrer na ausência de linguagem. Como ele exemplifica ao falar do quarto item mencionado acima:

[...] Assim, meu cachorro pode temer um objeto que esteja caindo, mas é incapaz de acreditar na lei da gravidade, mesmo embora o objeto naquele momento instancie essa lei. Ele pode, provavelmente, possuir simples pensamentos condicionais, mas jamais pensamentos subjuntivos contrafactuais. Talvez, ele possa pensar “Se ele me der aquele osso, eu vou comê-lo”, mas não “Se ele houvesse me dado um osso maior eu teria gostado mais!”⁵³

Searle, assim, realiza uma guinada no tipo de argumentação se compararmos seu trabalho ao de Davidson. Searle acredita que o problema não é se certos animais possuem consciência, estados intencionais ou pensamento, mas como são esses aspectos. Para isso ele defende o que chama de naturalismo biológico, em oposição ao dualismo. Como ele explica no parágrafo seguinte:

A consciência e outras formas de fenômenos mentais são processos biológicos que ocorrem em cérebros humanos e de certos animais. São tão parte da história biológica de animais quanto a lactação, a secreção de bile, mitose, meiose, crescimento e digestão. Se nos lembrarmos do que sabemos sobre o que sabemos sobre o cérebro e nos esquecermos de nossa criação dualista, o contorno geral da solução do assim chamado problema mente-corpo, seja para humanos ou animais, é bem simples. Fenômenos mentais são causados por processos neuronais de baixo nível em cérebros humanos e animais e são eles próprios aspectos macro ou de alto nível desses cérebros. É certo que não sabemos os detalhes de como isso funciona, como a neurobiologia específica do sistema nervoso de humanos e animais causa a enorme variedade das nossas vidas mentais. Mas do fato que não sabemos *como* funciona não se segue que não sabemos *que* funciona.⁵⁴

⁵³ SEARLE, John. **Consciousness and Language**. Endinburgh: Cambridge University Press, 2002. P. 69-70. No original: “Thus my dog can fear a falling object, but he cannot believe the law of gravity. He can probably have some simple conditional thoughts, but he cannot have subjunctive counterfactual thoughts. Perhaps he can think: ‘If he gives me that bone I will eat it,’ but not ‘If only he had given me a bigger bone I would have enjoyed it more!’”

⁵⁴ Ibid. P. 70. No original: “Consciousness and other forms of mental phenomena are biological processes occurring in human and certain animal brains. They are as much a part of the biological natural history of animals as are lactation, the secretion of bile, mitosis, meiosis, growth and

Porém, Davidson poderia criticar o que foi exposto até aqui questionando a última afirmação de Searle: como podemos saber que ao menos certos animais possuem consciência e outros estados mentais? A argumentação demonstrada no capítulo anterior defende que o comportamento não linguístico por si só é insuficiente para atribuir, no vocabulário do mesmo argumento, atitudes proposicionais. E Searle, ao contrário do que poderia se inferir do que foi exposto até aqui, concorda com isso. Esse último lembra que o comportamento tomado isoladamente não pode ser a pedra de toque para fazer a distinção; afinal, como ele mesmo coloca, se construíssemos uma máquina sofisticada o suficiente para se comportar de maneira tão ou mais complexa que alguns animais, isso não significaria que ela é consciente.

Nem mesmo a solução de Davidson para esse problema, que é recorrer ao comportamento linguístico, escapa a essa crítica de Searle. Este último lembra que um rádio, por exemplo, apresenta comportamento verbal, oferecendo “sob demanda, previsões do tempo, reportagens, discussões sobre o mercado de ações [...]”⁵⁵; mas nem por isso arriscamos dizer que nossos rádios são conscientes. A resposta, Searle acredita, se explica pois possuímos teorias sobre como as coisas funcionam. Ele explica que temos uma teoria sobre como rádios são construídos e como eles funcionam, transmitindo sons por certos tipos de sinais que percorrem o espaço; para cães, por exemplo, temos outra teoria.

Ele coloca que esses animais possuem uma estrutura causal relevantemente similar à nossa, e que eles também possuem bases causais para suas vidas mentais semelhantes às nossas. Nesse sentido, podemos estender o argumento de Searle e dizer que a fundamentação para acreditar que certos animais são conscientes é a mesma da qual nos valemos ordinariamente para acreditar que outros seres humanos são conscientes. Não é baseado somente no comportamento que fazemos

digestion. Once we remind ourselves of what we know about the brain and we forget our dualist upbringing, the general outline of the solution to the so-called mind-body problem, whether for humans or animals, is quite simple. Mental phenomena are caused by lower-level neuronal processes in human and animal brains and are themselves higher-level or macro features of those brains. Of course, we do not yet know the details of how it works, how the quite specific neurobiology of human and animal nervous systems cause all the enormous variety of our mental lives. But from the fact that we do not yet know *how* it works it does not follow that we do now know *that* it works.”

⁵⁵ SEARLE, John. **Consciousness and Language**. Edinburgh: Cambridge University Press, 2002. P. 73.

isso, mas no que sabemos sobre a estrutura desses indivíduos, e sobre o quão similar é à nossa; o comportamento é apenas algo secundário.

Nesse ponto, Searle se afasta de uma tradição científica que se baseia em testes para responder se animais possuem consciência ou certas competências e adota uma postura surpreendentemente pragmática que vale a pena ser citada em extenso:

O pior erro que herdamos do Cartesianismo foi o dualismo, juntamente com toda a sua prole idealista, monista, materialista e fisicalista. Mas o segundo pior erro foi levar a epistemologia a sério, ou então leva-la a sério da maneira errada. Descartes e os empiristas ingleses e até os positivistas e behavioristas do século vinte nos deram a impressão de que a questão: “Como você sabe?” realiza a pergunta fundamental cuja resposta explicará a relação entre nós como seres conscientes e o mundo. A ideia é que de uma maneira ou de outra nós estamos constantemente adotando algum posicionamento epistêmico diante do mundo e assim realizando inferências a partir de evidências de vários tipos. Estamos ocupados inferindo que o Sol nascerá amanhã, que outras pessoas são conscientes, que objetos são sólidos, que eventos no passado realmente ocorreram etc. Neste caso, a ideia é que evidências que possuímos da consciência de outras pessoas são baseadas em seu comportamento, e uma vez que vemos comportamento relevantemente similar em cães e primatas, podemos inferir razoavelmente que eles, também, são conscientes. Contra essa tradição, eu quero dizer que a epistemologia é relativamente de pouco interesse para a filosofia e a vida cotidiana. Ela possui seu pequeno canto de interesse quando nos concentramos em coisas tais como compreender certos argumentos céticos tradicionais, mas nossos relacionamentos básicos com a realidade raramente são problemas de epistemologia. Eu não infiro que meu cão é consciente, não mais que, quando entro em uma sala, infiro que as pessoas presentes são conscientes. Simplesmente lhes respondo como é apropriado para seres conscientes. Somente os trato como seres conscientes e isso é tudo. Se alguém diz, “Sim, mas você não está ignorando a possibilidade de que outras pessoas podem ser zumbis inconscientes, e que o cão pode ser, como Descartes pensava, uma máquina muito bem construída, e que as cadeiras e mesas podem, afinal, ser conscientes? Você não estaria ignorando essas possibilidades?”. A resposta é: Sim. Eu estou simplesmente ignorando todas essas possibilidades. Elas estão fora de questão. Eu não levo nenhuma delas a sério. Epistemologia é de muito pouco interesse na filosofia da mente e na filosofia da linguagem pela simples razão de que quando se trata de mente e linguagem, muito pouco do nosso relacionamento com os fenômenos em questão é epistêmico. O posicionamento epistêmico é uma atitude muito especial que adotamos sob certas circunstâncias especiais. Normalmente, ela tem um papel pequeno nas nossas relações com pessoas e animais. Outra maneira de colocar isso é dizer que não importa realmente *como* eu sei que meu cachorro é consciente, ou mesmo se eu “sei” disso. O fato é que ele é consciente e a epistemologia nessa área tem que começar com

isso.⁵⁶

O que Searle faz nesse ponto é chamar atenção para a teoria da mente que adotamos na nossa vida cotidiana. Naturalmente tratamos nossas relações com pessoas e outros seres a partir de uma teoria da mente que concede *a priori* características como consciência, intencionalidade e pensamento. Pode parecer injustificável ou pouco filosófico considerar que uma suposição sobre um fator tão importante possa ser feita de maneira tão peremptória, mas o que importa é que é isso que de fato fazemos. Prova disso é a extensa discussão sobre zumbis filosóficos ou cérebros em cubas: o problema da consciência alheia é, pelo ao que nos parece por enquanto, inescrutável.

Essa impenetrabilidade com a qual nos deparamos, entretanto, não é suficiente para, ao menos fora de alguns debates acadêmicos, agir como se outras pessoas não fossem conscientes. É possível também dizer que é por esse

⁵⁶ SEARLE, John. **Consciousness and Language**. Endinburgh: Cambridge University Press, 2002. P. 74-75. No original: *"The worst mistake that we inherited from Cartesianism was dualism, together with all of its idealist, monist, materialist, physicalist progeny. But the second worst mistake was to take epistemology seriously, or rather to take it seriously in the wrong way. Descartes together with the British empiricists and right up through the Positivists and the Behaviorists of the twentieth century have given us the impression that the question: 'How do you know?' asks the fundamental question, the answer to which will explain the relation between us as conscious beings and the world. The idea is that somehow or other we are constantly in some epistemic stance toward the world whereby we are making inferences from evidence of various kinds. We are busy inferring that the sun will rise tomorrow, that other people are conscious, that objects are solid, that events in the past really occurred, etc. In this case, the idea is that the evidence that we have that other people are conscious is based on their behavior, and since we see relevantly similar behavior in dogs and primates, we may reasonably infer that they, too, are conscious. Against this tradition, I want to say that epistemology is of relatively little interest in philosophy and daily life. It has its own little corner of interest where we are concentrating on such things such as how to understand certain traditional skeptical arguments, but our basic relationships to reality are seldom matters of epistemology. I do not infer that my dog is conscious, any more than, when I come into a room, I infer that the people present are conscious. I simply respond to them as is appropriate to respond to conscious beings. I just treat them as conscious beings and that is that. If somebody says, 'Yes, but aren't you ignoring the possibility that other people might be unconscious zombies. and the dog might be, as Descartes thought, a cleverly constructed machine, and that the chairs and tables might, for all you know, be conscious? Aren't you simply ignoring these possibilities?' The answer is: Yes. I am simply ignoring all of these possibilities. They are out of the question. I do not take any of them seriously. Epistemology is of very little interest in the philosophy of mind and in the philosophy of language for the simple reason that where mind and language are concerned, very little of our relationship to the phenomena in question is epistemic. The epistemic stance is a very special attitude that we adopt under certain special circumstances. Normally, it plays very little role in our dealings with people or animals. Another way to put this is to say that it does not matter really how I know whether my dog is conscious, or even whether or not I do 'know' that he is conscious. The fact is, he is conscious and epistemology in this area has to start with this fact."*

mesmo motivo que mesmo pessoas que particularmente não acreditam que cães sejam conscientes podem agir com um desses animais como se o fossem. Essa postura é também análoga a muito do nosso comportamento diário, que seria impossível se todos os passos requeridos por um rigor epistêmico fossem tomados.

Searle relembra que há razões para acreditar de fato que certos animais são conscientes, como vimos pela sua defesa do naturalismo biológico; entretanto, o que ele ressalta no último argumento é que não é assim que nos comportamos cotidianamente. Ordinariamente, esse uso de uma teoria da mente para a explicação do comportamento de seres conscientes é arraigado de maneira tal que é simplesmente impossível abandoná-lo. É difícil conceber que mesmo um solipsista convicto deixasse de agir na sua vida diária como se outras pessoas fossem conscientes. Da mesma maneira, adotar uma postura determinista que negue a existência do livre-arbítrio, por exemplo, não implica agir de maneira completamente diferente de uma pessoa normal (esse, por exemplo, é o caso do posicionamento de Sam Harris)⁵⁷.

Nesse ponto, é interessante ressaltar uma distinção entre estrutura e comportamento implícita na argumentação de Searle. Ele rejeita o behaviorismo justamente por não ser uma perspectiva que ofereça uma base para a atribuição de intencionalidade. Ele rejeita isso com base na possibilidade de seres com estruturas fundamentalmente diferentes poderem apresentar o mesmo tipo de comportamento como, por exemplo, comportamento direcionado a objetivos. Nesse sentido, ele rejeita a hipótese que um míssil guiado por calor “deseje” acertar o alvo ao mesmo tempo que aceita sem problemas que muitos animais desejem encontrar comida. A diferença relevante se daria, portanto, na estrutura.

É importante lembrar que Searle aceita a postura epistemológica em certos casos, particularmente quando se trata de pesquisa científica sobre cognição. Ele oferece como exemplo disso pesquisas sobre o funcionamento do sistema visual de gatos. Porém, ele não acredita que esse tipo de trabalho responda a questões fundamentais.

Todavia, embora esse estilo de argumentação satisfaça algumas questões,

⁵⁷ Cf. HARRIS, Sam. **Life Without Free Will**. 2012. Disponível em: <<http://www.samharris.org/blog/item/life-without-free-will>>. Acesso em: 15 set. 2013.

deixa outras sem resposta. Identificar que tipo de estrutura é “relevantemente similar” à nossa para a atribuição de consciência é um problema que parece essencialmente epistêmico, e que deve responder a questões fundamentais sobre que seres são conscientes ou não. O simples uso de uma teoria da mente sob a forma de uma “*folk psychology*” não responde a questões limítrofes. Searle admite, por exemplo, que há processos neuronais ainda desconhecidos que são responsáveis por causar consciência, e que a certeza que temos disso seria a nossa própria consciência. Porém, ele não responde o quão parecidos devem ser esses processos para que causem de fato consciência.

O argumento de Searle funciona muito bem nas situações cotidianas que envolvem relacionamento, como as que ele oferece nos seus exemplos. De fato, não precisamos de análises epistemológicas para nos relacionarmos com nossos cães ou nossos amigos. Apesar de todo o ceticismo envolto na questão da consciência animal, não é difícil se envolver no drama das vidas de animais selvagens registradas em inúmeros documentários. Porém, o exame das fronteiras é mais complicado que isso. Aparentemente, é fácil identificar nossa psicologia com animais cuja biologia é semelhante à nossa; afinal, é isso que Searle faz. É fácil fazer isso com os demais mamíferos que, por pertencerem à mesma classe taxonômica que os humanos, possuem muito em comum: órgãos dos sentidos parecidos, cérebros que recebem dados desses órgãos, muitos possuem vida social entre sua espécie e outros, como os cães, até conosco, para listar alguns exemplos.

Mas quando forçamos a questão para fora da zona de conforto dos nossos relacionamentos diários, as respostas ficam menos claras. O que poderíamos dizer de formigas, por exemplo. Elas possuem órgãos de sentidos, possuem neurônios e até se mostram capazes de se relacionar entre elas; mas estão bem distantes de nós e de todos os outros vertebrados sob o ponto de vista biológico. Que tipo de estados mentais um inseto desses poderia possuir? Como Searle argumenta, seu comportamento de aversão a estímulos nocivos não pode nos garantir que sequer que elas sintam dor, muito menos que possuem estados intencionais; além disso, uma biologia comparativa com nosso cérebro de vertebrados parece um trabalho de analogia distante.

Mas mais importante do que se concentrar nessas considerações é perceber

que o argumento de Searle pelo naturalismo biológico não funciona completamente como uma alternativa ao trabalho de Davidson. Davidson estabelece um limite claro que o naturalismo biológico de Searle não oferece: a linguagem. A atitude anti-epistêmica, por outro lado, explica bem o funcionamento de nossa teoria da mente, mas serve apenas como explicação da nossa postura após a aceitação da possibilidade de linguagem sem pensamento. De fato, é o que ocorre em campos investigativos como a etologia cognitiva, ramo do estudo do comportamento animal no qual os trabalhos muitas vezes pressupõem animais como detentores de certas crenças e desejos, procurando entender e explicar seu comportamento natural a partir dessa psicologia básica⁵⁸.

Percebemos, portanto, que as objeções de Searle contra o dualismo e contra o behaviorismo oferecem um ponto de partida interessante para a construção de uma teoria sólida, ao passo que demonstra pontos fracos desses dois pontos e vista e aponta para a intuitividade da atribuição de pensamentos na ausência de linguagem. Além disso, é ressaltada a importância exercida pela teoria da mente associada a nossas atribuições de pensamentos que, como ele demonstra, podem ocorrer de maneira coerente para seres não linguísticos, desde que respeitados os limites que a falta de linguagem impõe.

Um problema que a proposta de Searle não enfrenta diretamente, mas que merece ser considerado, é a questão resolvida pela triangulação em Davidson. Searle deixa claro que a ausência de linguagem limita que tipos de pensamentos uma criatura pode ter, e uma das suas restrições oferece espaço para uma resposta fácil de Davidson. Conforme já mencionado antes, John Searle assume que uma criatura sem linguagem não pode possuir estados mentais que possuam a linguagem como elemento constitutivo ou que se refiram a algum sistema linguístico; A essa limitação Davidson simplesmente responderia que todo conteúdo proposicional de pensamentos possui a linguagem como elemento constitutivo e só faz sentido quando se refere a algum sistema de comunicação interpessoal.

Por isso, é importante frisar a concepção diferenciada que Searle possui de pensamento. Tal como foi ressaltado no começo deste tópico, a Searle usa os termos “intencionalidade” e “processos de pensamento” para abordar a matéria,

⁵⁸ BERMÚDEZ, José Luis. **Thinking Without Words**. Oxford University Press. 2003. P. 4.

usando-os para se referir a como uma criatura possui estados mentais que se relacionam com o mundo externo (intencionalidade) e como esses estados se relacionam entre si (processos de pensamento).

É certo que essa forma de definir os pensamentos é análoga à noção das atitudes proposicionais, visto que cumpre o mesmo papel, mas é uma distinção importante visto que elimina a linguagem da definição. Essa questão será discutida com mais detalhes no capítulo seguinte.

Assim, partiremos agora para a perspectiva de José Luis Bermúdez, que procura elaborar uma teoria que se prova valiosa para este trabalho justamente por tecer limites mais detalhados para os pensamentos não linguísticos. Para alcançar esse objetivo, ele estabelece um sistema de níveis de racionalidade, e aborda temas importantes para essa discussão como a questão dos pensamentos sobre pensamentos e raciocínios recursivos.

2.3 A proposta de Bermúdez e a questão científica

Enquanto Searle recorre a um argumento cujo ponto de vista é mais pragmático e relativo à nossa postura diante do mundo em situações ordinárias, o trabalho de Bermúdez que estudaremos aqui possui raízes mais voltadas para a ciência. Para tal, ele se propõe a construir uma teoria que seja capaz de acomodar o trabalho científico que tem sido feito.

Thinking Without Words data de 2003, localizando-o em um momento no qual a produção científica possui uma série de características novas de interesse para o tema da relação entre pensamento a linguagem que começam a se consolidar. Isso, ele comenta no seu primeiro capítulo, ocorre em três grandes campos: psicologia do desenvolvimento, arqueologia cognitiva e etologia cognitiva. O primeiro diz respeito ao desenvolvimento da mente de crianças, que passou a contar com explicações mais sofisticadas para o comportamento de crianças antes da aquisição de linguagem. O segundo diz respeito à evolução do próprio ser humano juntamente com sua inteligência. Já o terceiro trata do estudo do comportamento animal, que

contou com uma guinada quando pesquisas passaram a ser realizadas partindo de observação do comportamento de animais na natureza.

Em cada um desses campos há a necessidade de explicar comportamentos não linguísticos, o que tradicionalmente se deu por meios não psicológicos. O surgimento de novos dados e o uso de categorias como crença e desejo para explicá-los se configurou, como Bermúdez aponta, em uma “virada cognitiva” ⁵⁹. De maneira generalizada, habilidades cognitivas cada vez mais complexas passaram a ser observadas em crianças, espécies, e mesmo em evidências arqueológicas da evolução humana.

Ele aponta ainda que isso acabou por causar um descompasso natural na história da ciência: a estrutura conceitual somente pode se adaptar após a mudança de paradigma. Nesse sentido, Bermúdez indica que as novas descobertas nessas áreas já estão bem estabelecidas o suficiente para que se abordem questões mais teóricas, sendo esse o objetivo do seu trabalho.

Um ponto particularmente interessante trazido por Bermúdez é a questão do cânone de Morgan, uma famosa orientação do início do século XX da psicologia comparada sobre a interpretação do comportamento animal:

Nunca se deve interpretar uma atividade animal em termos de processos psicológicos superiores se esta puder ser adequadamente interpretada em termos de processos inferiores na escala da evolução psicológica e do desenvolvimento. ⁶⁰

Bermúdez coloca que esse cânone normalmente está associado a argumentos pela não atribuição de quaisquer estados psicológicos a animais não humanos, e até mesmo com uma desconfiança para com o próprio ramo da etologia cognitiva, mas também lembra que o sentido da orientação de Morgan não pode ser tomado como uma exigência de que explicações de comportamento animal sejam sempre behavioristas ⁶¹. De fato, o que a fórmula sugere é que não se recorra a

⁵⁹ BERMÚDEZ, José Luis. **Thinking Without Words**. Oxford University Press. 2003. P. 4.

⁶⁰ MORGAN, Conwy Lloyd. **An Introduction to Comparative Psychology**. Ed. Walter Scott, 1903. P. 59.

⁶¹ BERMÚDEZ. Ibidem. P. 6.

explicações psicológicas complexas quando o comportamento puder ser *adequadamente* explicado de maneira mais simples.

O cânone de Morgan pode ser visto como uma espécie de Navalha de Ockham, visto que é um princípio que orienta pela busca de explicações mais simples que não recorram a entidades supérfluas. Contudo, devemos notar que seguir essa orientação em uma discussão que envolva questões de filosofia da mente pode se mostrar mais complicado do que parece, visto que apelar para a simplicidade pode redundar em resultados pouco ortodoxos, como a possibilidade de “zumbis”.

O caso dos “zumbis filosóficos” se traduz em uma experiência de pensamento corrente em filosofia da mente em discussões acerca da relação mente-corpo. Nesse cenário, é pedido que se imagine a existência de um ser humano especial (chamado simplesmente de zumbi a partir daqui) que seja idêntico a um indivíduo normal em toda a sua estrutura física e comportamento mas que, em contrapartida, não possua qualquer vida mental, seja na forma de representações ou mesmo de *qualia*⁶². O importante aqui é notar que, se esse cenário for possível, não haveria como distinguir um zumbi de um ser humano normal, visto que tudo o que temos acesso como indicadores de uma mente seria idêntico: tanto o comportamento como a estrutura física.

É interessante notar que uma aplicação behaviorista do cânone de Morgan que não se restrinja somente a interpretar o comportamento de animais sob um viés mecanicista nos forçaria também a explicar o comportamento humano dessa maneira, visto que uma explicação sem psicologia seria a mais simples possível. É bem certo que há argumentos contra esse exagero, a própria proposta de Davidson é um deles que, defendendo a linguagem como uma condição suficiente e necessária para o pensamento, faria com que a possibilidade dos zumbis falantes ficasse fora de cogitação.

Porém, Bermúdez acredita que o cânone de Morgan não oferece subsídio

⁶² Em sua acepção mais genérica, *qualia* são o caráter fenomenológico da experiência, acessíveis somente por meio da introspecção. Cf. TYE, Michael, "Qualia", **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Fall 2013 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<http://plato.stanford.edu/archives/fall2013/entries/qualia/>>.

para simplificar exageradamente a explicação do comportamento de animais por dois motivos. Em primeiro lugar, quanto ao aspecto da Navalha de Ockham do cânone, ele coloca que explicações psicológicas podem, sim, ser mais simples que explicações não psicológicas: um intrincado processo de condicionamento pode ser substituído por uma questão de crenças e desejos relativamente simples⁶³. Em segundo lugar, ele lembra que há comportamentos que simplesmente não podem ser explicados sem o uso de um vocabulário psicológico.

Explicações behavioristas, ele lembra, obedecem uma forma similar a de leis: há sempre um par estímulo-resposta, e se operam de maneira limitada e inflexível. Explicações psicológicas, ao contrário, possuem pelo menos três vantagens: servem para explicar comportamento em situações nas quais a conexão entre estímulo sensorial e a reação não pode ser descrita de maneira similar a uma lei; dependem da integração cognitiva de diversos estados psicológicos; e apelam para estados psicológicos que admitem representação errônea⁶⁴. Bermúdez entende que pelo menos alguns comportamentos não linguísticos observados seja em animais ou crianças são complexos o suficiente para dependerem desse tipo de explicação. A chave disso, para ele, é a flexibilidade e plasticidade de certos comportamentos.

Como ilustração dessa capacidade explicativa, ele nos diz:

Explicações psicológicas do comportamento somente são necessárias quando nenhuma relação de entrada-saída pode ser identificada. A essência de uma explicação psicológica é que ela explica o comportamento em termos de como a criatura em questão *representa* seu ambiente, ao invés de simplesmente em termos dos estímulos que ela detecta. Explicações psicológicas envolvem recorrer a estados representacionais que funcionam como intermediários entre dados sensoriais e comportamentos de resposta.⁶⁵

É interessante perceber que a proposta de Bermúdez adota uma postura

⁶³ BERMÚDEZ, José Luis. **Thinking Without Words**. Oxford University Press. 2003. P. 7.

⁶⁴ Ibid. P.10.

⁶⁵ Ibid. P.8-9. No original: “*Psychological explanations of behavior only become necessary when no such input-output links can be identified. The essence of a psychological explanation is that it explains behavior in terms of how the creature in question represents its environment, rather than simply in terms of the stimuli that it detects. Psychological explanations involve appealing to representational states that function as intermediaries between sensory input and behavioral output.*”

epistêmica, mas que não constitui exatamente aquela criticada por Searle. Como devemos lembrar do argumento de Searle, ele critica a ideia de que estaríamos constantemente preocupados com questões de inferência, quando não é isso que ocorre em nosso comportamento cotidiano. Bermúdez, por sua vez, procura acomodar o uso de das explicações psicológicas em uma estrutura conceitual mais ampla, abordando a questão sob um viés mais analítico. Desta forma, Bermúdez evade a crítica behaviorista caracterizando as explicações psicológicas através da complexidade do comportamento: se um comportamento específico for complexo o suficiente, ele próprio demanda que uma psicologia seja postulada.

A proposta de Searle, apesar de funcionar, abre espaço para uma interpretação bem diferente da de Bermúdez em relação à ciência: a de que a atribuição de pensamentos e outros estados psicológicos podem ser apenas uma ficção útil na ausência de conhecimento detalhado sobre um funcionamento mais mecânico da mente. Sob esta interpretação, a filosofia da mente, a biologia e a psicologia estariam tão carentes de precisão quanto a física com o problema da matéria escura. Ambos os problemas envolvem efeitos observáveis (sejam certos fenômenos gravitacionais ou a política dos chimpanzés), mas nenhuma certeza sobre as entidades causadoras desses efeitos. Assim, Searle argumenta que ele não se incomoda em atribuir certos desejos e crenças a seu cão pois essas atribuições funcionam e são coerentes com o que ele sabe sobre a biologia do mesmo, além de não ser um processo muito diferente do que ele faz com outras pessoas.

Bermúdez, por sua vez, finca um pé na ciência e busca integrar dados como o comportamento de crianças ainda sem linguagem ou de animais que sugerem a necessidade de explicações psicológicas na ausência de linguagem com uma estrutura conceitual que delineie as possibilidades desse tipo de explicação. Dessa maneira, Bermúdez procura abordar questões como a natureza da racionalidade da ausência de linguagem e a possibilidade ou não de pensamentos de segunda ordem sem linguagem.

2.3.1 O contra-argumento à Davidson e a questão da ontologia

Após essa visão preliminar do trabalho de Bermúdez, podemos partir para um estudo do posicionamento dele em relação à proposta de Davidson. Serão abordados nesse tópico a questão da subterminação da atribuição de pensamentos e o problema mais amplo da possibilidade de racionalidade.

Como vimos no capítulo anterior, uma questão importante trazida por Davidson é o problema da indeterminação (ou subdeterminação) da atribuição de pensamentos a seres sem linguagem, visto que usamos sentenças para essa tarefa e essas possuem intencionalidade semântica. Assim, o desafio principal ao escolher uma descrição do pensamento de um animal, por exemplo, é saber qual é a sentença que reflete o estado interno corretamente ou, em termos mais precisos, qual sentença indica o conteúdo da atribuição.

Bermúdez lembra que é uma idealização encontrar uma sentença única para a descrever o conteúdo de um pensamento, pois não fazemos isso sequer em nossas relações sociais ordinárias⁶⁶. De fato, não podemos ter uma certeza ideal de outro ser humano mesmo se ele nos fale algo sobre elas. O caso de seres sem linguagem, contudo, é mais complicado que isso. Ainda que não encontremos uma descrição idealmente precisa, devemos ser capazes de reduzir a indeterminação para um patamar aceitável.

Um primeiro passo para esse refinamento das atribuições é a compreensão de como uma determinada criatura percebe os estados de coisas. A dificuldade desse tipo de engenharia reversa (passar do comportamento para as crenças e desejos que o orientam) é similar, Bermúdez aponta, à questão da tradução radical de Quine⁶⁷.

O problema sobre a tradução elaborado por Quine no segundo capítulo de seu trabalho *Word and Object*, nomeado *Translation and Meaning*⁶⁸, recorrente em filosofia da linguagem, estabelece que um interlocutor que tenta interpretar uma língua desconhecida sem qualquer auxílio além da interação com os falantes dessa

⁶⁶ BERMÚDEZ, José Luis. **Thinking Without Words**. Oxford University Press. 2003. P. 198.

⁶⁷ Ibid. P.70.

⁶⁸ QUINE, W.V.O. **Word and Object**. Estados Unidos: M.I.T. Press, 1979. P. 26 e ss.

língua enfrenta uma questão de indeterminação ontológica. Davidson, em um de seus artigos sobre o tema⁶⁹, relembra que esse é, na verdade, um problema também da interpretação linguística entre falantes da mesma língua, visto que a maneira como abstraímos significado a partir dos símbolos linguísticos parece, sob certas análises, misteriosa.

O que Bermúdez procura trazer com a referência a Quine é que o problema enfrentado por quem estude o comportamento animal ou de crianças sem linguagem é o mesmo. Como vimos, Davidson decide que a solução dessa indeterminação deve passar pela linguagem, pois depende da atitude de tomar uma sentença como verdadeira. Bermúdez, por outro lado, recorre a uma saída diferente: ele argumenta que se uma ontologia puder ser definida, eliminará o problema da indeterminação inicialmente, pois permitirá a atribuição de estados mentais por sentenças que se refiram às categorias ontológicas corretas⁷⁰. A questão passa a ser, portanto, se e como essa ontologia pode ser determinada.

Sua resposta para essa questão envolve compreender a experiência sensorial da criatura a ser interpretada. Para construir seu argumento, ele traz uma distinção importante entre dois níveis de experiência, a experiência de alocação de características (*feature-placing experience*) e a por particulares (*particular-involving experience*).

Explicando melhor, a experiência, em um nível mais baixo, pode se tratar simplesmente da identificação de características, como cores, sons, cheiros ou quaisquer outros dados sensoriais perceptíveis: essa é a experiência de alocação de características. Nesse nível não há a identificação de objetos como características justapostas. Perceber aglomerados de propriedades como objetos requer uma estrutura mais complexa, que envolve o segundo nível de experiência com a identificação de particulares.

Distinguir entre tipos de experiência, particularmente os dois tratados acima, possui consequências sérias sobre o tipo de atribuições que podem ser feitas às criaturas delas portadoras, pois somente a capacidade para distinguir particulares a partir de agrupamentos de características permite a atribuir a noção de coisa; em

⁶⁹ DAVIDSON, Donald. **Radical Interpretation**. In: *Inquiries into Truth and Interpretation*. P. 125-140.

⁷⁰ Bermúdez. *Ibid.* P. 72.

outras palavras, atribuir o processo de reificação.

A reificação permite que se parta de uma mera associação, como em “onde há amarelo há comida” ou “onde há rosnado há perigo” para a generalização de certos estímulos ou grupos de estímulos por meio de particulares, como em “*coisas* amarelas fornecem comida” ou “*coisas* que rosnam são perigosas”. Assim, é importante reconhecer a diferença entre simplesmente perceber diversas características e perceber objetos como grupos de características que obedecem a certos princípios físicos de ordem superior, como possuir contornos definidos, tamanho constante e movimentação pelo espaço, para citar alguns exemplos.

Contudo, é possível constatar que ainda não se respondeu ao problema da indeterminação: como podemos saber se e como esses processos ocorrem em um ser sem linguagem? Porém, essa é uma competência que pode ser testada, o que constitui o passo seguinte da investigação de Bermúdez.

O autor argumenta que um recurso válido para verificar a capacidade de perceber objetos é o paradigma da desabituação. Em testes psicológicos, o paradigma da desabituação funciona para verificar se o sujeito estudado é capaz de perceber a diferença entre um estímulo ao qual ele foi habituado e um estímulo novo, no qual alguma característica é alterada. Esse tipo de teste, portanto, pode ser usado para testar sensibilidade a diferenças que dependam de algum processo interno de reificação.

Bermúdez aponta para testes nos quais houve esse tipo de confirmação, tanto em crianças antes da aquisição de linguagem como em animais. No caso de crianças, por exemplo, há certos resultados que indicam que, mesmo com pouca idade, elas são capazes de perceber o mundo de maneira estruturada. Aos três meses, por exemplo, testes de desabituação mostram que são sensíveis a um princípio de coesão, isto é, que superfícies contíguas pertencem a um mesmo corpo e, portanto, devem se mover juntas. Entre os quatro e cinco meses, demonstram também esperar que objetos continuam existindo mesmo fora do campo de visão, e que retêm propriedades como solidez e impenetrabilidade⁷¹.

Com esses dados, então, Bermúdez conclui:

⁷¹ BERMÚDEZ, José Luis. **Thinking Without Words**. Oxford University Press. 2003. P. 79.

As evidências experimentais claramente sugerem, portanto, que mesmo crianças bastante novas são perceptualmente sensíveis a uma proporção significativa de regularidades físicas de ordem superior às quais corpos estão sujeitos. Parece certo concluir disso que elas habitam um universo perceptual articulado e reificado. A conclusão imediata a se fazer é a de que criaturas não linguísticas são perfeitamente capazes de perceber um mundo estruturado.⁷²

O autor segue por admitir que a estrutura desse universo é certamente diferente daquela de um humano adulto, mas o importante para nosso trabalho nesse momento é perceber que há uma estrutura através da qual a experiência se organiza, não constituindo um simples fluxo de percepções. Outro dado importante que deve ser compreendido a partir dessas informações é o da possibilidade de ontologias múltiplas entre espécies diferentes ou, como no caso das crianças, em uma mesma espécie em estados diferentes de desenvolvimento.

O reconhecimento dessa multiplicidade nos força a abandonar argumentos como o de Davidson, para o qual a posse de atitudes proposicionais é um “pacote fechado”. A ausência de um meio-termo entre a ontologia completamente desenvolvida de um ser linguístico e o que seria a experiência completamente desestruturada de um ser sem linguagem se mostra incoerente com a diversidade de ontologias possíveis, especialmente quando se leva em conta que no caso da aquisição de linguagem, a ontologia não simplesmente surge, mas muda.

A possibilidade de identificar e quantificar princípios físicos que ordenem a percepção permite a atribuição de diferentes formas pelas quais indivíduos podem construir ou, na terminologia de Bermúdez, “talhar” seu mundo perceptual.

De fato, é difícil conceber como a sensibilidade a princípios físicos não poderia ser múltipla, dadas as diferentes capacidades e modalidades sensoriais observadas no mundo. Enquanto podemos trabalhar com propriedades semelhantes as nossas em crianças, é pouco provável que isso funcione absolutamente da

⁷² BERMÚDEZ, José Luis. **Thinking Without Words**. Oxford University Press. 2003. P. 81. No original: “*The experimental evidence clearly suggests, therefore, that even young infants are perceptually sensitive to a significant proportion of the higher-order physical regularities to which bodies are subject. It seems right to conclude from this that they inhabit a reified and articulated perceptual universe. The immediate conclusion to draw is that nonlinguistic creatures are perfectly capable of perceiving a structured world.*”

mesma maneira com animais cujas competências sensoriais diferem das nossas, muitas vezes drasticamente, como lembra Bermúdez:

Algumas dessas [propriedades] serão uma função de modalidades sensoriais radicalmente diferentes – ecolocação em morcegos e golfinhos, por exemplo, ou sensibilidade a campos elétricos em várias espécies de peixes ou sensibilidade a campos magnéticos em pombos. Outras serão uma função de diferentes equilíbrios entre modalidades sensoriais como se apresentam em outras espécies. A importância preponderante do olfato para a cognição de caninos e roedores é um caso exemplar. Espécies diferentes evoluíram para serem sensíveis a tipos diferentes de informação, e há trabalho sério para ser feito na identificação de tipos relevantes de propriedades de objetos de uma maneira que nos permita continuar compreendendo sua ontologia.⁷³

Não devemos perder de vista a relação que devemos estabelecer entre essas considerações e o trabalho de Davidson. A determinação de ontologia abre espaço para que se supere o problema da indeterminação das atribuições, mas outras questões podem emergir a partir de uma comparação das argumentações dos dois autores em análise.

É possível continuar a defender a tese da indeterminação alegando que, por mais refinado que seja a compreensão da sensibilidade a princípios físicos de um ser sem linguagem, a atribuição de estados mentais ainda não se constituirá em uma descrição apropriada com o rigor da triangulação proposta por Davidson. De fato, a comunicação por meio de linguagem permite uma precisão tamanha a ponto de permitir a descrição literal de pensamentos linguísticos: um interlocutor pode perguntar a outro sobre o que ele pensa e obter uma resposta exata. Além disso, obter uma frase construída sobre um estado mental de outrem nos permite nos colocar sob o ponto de vista do outro e experimentar o pensamento que aquela frase representa, enquanto o mesmo não poderia ser feito com os recursos apresentados por Bermúdez.

⁷³ BERMÚDEZ, José Luis. **Thinking Without Words**. Oxford University Press. 2003. P. 84-85. No original: “Some of these will be a function of radically different sensory modalities—echolocation in bats and dolphins, for example, or electric field sensitivity in various species of freshwater and marine fishes or magnetic field sensitivity in pigeons. Others will be a function of the different weightings between sensory modalities that hold for other species. The overwhelming importance of olfaction in the cognition of canines and rodents is a case in point. Different species have evolved to be sensitive to different types of information, and there is serious work to be done identifying the relevant types of object-properties in a way that will allow us to move toward an understanding of their ontology.”

Para lidar com esse questionamento, devemos estabelecer algumas distinções importantes sobre a precisão de nossas atribuições de pensamento em situações linguísticas. É preciso perceber que a precisão ocorre não somente pela linguagem compartilhada, mas pela expectativa de uma ontologia compartilhada. Como é identificado por Quine, existe uma indeterminação insolúvel na tentativa de tradução entre duas sentenças⁷⁴. O problema poderia ser estendido para a questão da interpretação, mas ordinariamente esse contratempo é superado pela expectativa que temos de compartilhar a mesma (ou aproximadamente a mesma) ontologia com outros seres humanos, o que torna a comunicação e processos como a triangulação de Davidson possíveis.

Essa ideia pode ser mais bem compreendida sob as considerações de Searle sobre como podemos atribuir pensamentos a um colega mas não a um rádio apesar de ambos apresentarem comportamentos linguísticos: possuímos expectativas diferentes sobre a ontologia dessas entidades⁷⁵. Assim, ao considerar a ontologia como uma variável em função da espécie e do estágio de desenvolvimento de um indivíduo, Bermúdez abre espaço para que sejam criadas expectativas sobre a ontologia de criaturas sem linguagem que fundamentem a atribuição de pensamentos e estados mentais coerentes com essas capacidades.

A capacidade para apreender objetos a partir da experiência de características resolve apenas uma parte das questões levantadas por Davidson. Explicar a ontologia que um indivíduo possui pode resolver questões sobre como ele representa o mundo, mas não questões sobre sua racionalidade. A ontologia isoladamente não é capaz de explicar que tipo de inferências um determinado indivíduo é capaz de fazer, contudo, oferece meios para que a capacidade racional seja testada.

A ontologia permite determinar que tipo de crenças e desejos um determinado indivíduo pode possuir e, portanto, oferecer uma noção do conjunto de explicações psicológicas que podem ser aplicadas ao explicar o comportamento do mesmo. Devemos lembrar, contudo, que esse tipo de explicação é subsidiária à explicações

⁷⁴ Cf. Hylton, Peter. Willard van Orman Quine. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Summer 2013 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <http://plato.stanford.edu/archives/sum2013/entries/quine/>

⁷⁵ SEARLE, John. op. cit. P. 74.

mais mecânicas, como estabelecido pelo cânone de Morgan. Desta forma, é preciso identificar que tipo de comportamento requer explicações racionais e como atribuições de crenças e desejos devem ser usadas nessa explicação. Esse é o foco seguinte do trabalho de Bermúdez.

2.3.2 A problema da racionalidade

Para lidar com essa nova questão, é preciso buscar uma definição de racionalidade que seja satisfatória e precisa o suficiente para ser testada, de modo que haja uma maneira de verificar se a definição é aplicável a seres não linguísticos. Essa discussão também envolve a análise da distinção entre pensamentos irracionais e pensamentos racionais, que será feita oportunamente.

A primeira dificuldade, analogamente à questão da atribuição de pensamentos, reside no meio linguístico que temos para expressar a racionalidade, especialmente se nos valermos do relato de Davidson:

Se alguém age com uma intenção, então ele deve possuir atitudes e crenças a partir das quais, se estiver ciente delas e tiver o tempo suficiente, poderia ter deduzido que se ato é desejável (ou possui algum atributo positivo). Se nós formos capazes de caracterizar o raciocínio correspondente, nós descreveríamos, na verdade, as relações lógicas entre as descrições das crenças e desejos e as descrições da ação, quando aquelas oferecem as razões pelas quais a última foi realizada. Nós devemos imaginar, então, que as crenças e desejos de um agente os munem com as premissas de um argumento.⁷⁶

Vemos nesse trecho que Davidson faz uso das proposições relativas às crenças e desejos de um sujeito como elementos de argumentos, sujeitos às regras

⁷⁶ DAVIDSON, Donald. **Intending**. In *Essays on Actions and Events*, Oxford Clarendon Press, 2nd Edition. 2001. P. 84-85. No original: “*If someone acts with an intention, he must have attitudes and beliefs from which, had he been aware of them and had the time, he could have reasoned that his action was desirable (or had some other positive attribute). If we can characterize the reasoning that would serve, we will in effect have described the logical relations between descriptions of beliefs and desires, and the description of an action, when the former give the reasons with which the latter was performed. We are to imagine, then, that the agent's beliefs and desires provide him with the premises of an argument.*”

da lógica. Há, portanto, o uso da lógica como um elemento de segunda ordem em relação à linguagem natural usada para descrever os conteúdos das crenças e desejos do agente a que se pretende oferecer uma explicação racional para suas ações. Vimos, entretanto, que é possível descrever crenças e desejos de agentes sem linguagem, visto que é possível ter uma ideia de como uma criatura dessa natureza representa e organiza suas percepções; não está claro ainda se é possível fazer o mesmo para atribuir inferências a essas atitudes não linguísticas.

Sobre essa dificuldade, Bermúdez identifica dois pontos principais, um dos quais se segue:

O primeiro obstáculo concerne à estrutura dos veículos do pensamento não linguístico. Compreendemos a inferência em termos formais – em termos de regras que operam sobre representações em virtude de sua estrutura. Mas não possuímos teoria alguma sobre transições formais inferenciais entre pensamentos que não possuem veículos linguísticos. Nossos modelos de inferência formal são absolutamente baseados em transições entre sentenças em linguagem natural (codificadas adequadamente em linguagem formal). Para deixar o problema claro, nós precisamos lembrar que há uma distinção importante entre dois modos diferentes pelos quais o pensamento pode ser estruturado. Podem ser estruturados no nível de seus veículos ou no nível dos seus conteúdos.⁷⁷

Como foi visto, Bermúdez adota um sistema de atribuição a partir dos conteúdos. Nesse sistema, a atitude proposicional é determinada não por sua intensionalidade semântica, mas pela forma que capte mais precisamente o estado mental da criatura em questão. Isso que permite que se usem proposições para expressar pensamentos não linguísticos. Vimos também que o aval da precisão dessas atribuições é fornecido por uma compreensão apropriada da ontologia do indivíduo ao qual as atribuições são feitas. Entretanto, o uso dessas proposições pode enfrentar inconsistências se aplicado a inferências lógicas, alerta Bermúdez:

⁷⁷ BERMÚDEZ. Ibid. P. 111. No original: “*The first obstacle concerns the structure of the vehicles of nonlinguistic thought. We understand inference in formal terms—in terms of rules that operate on representations in virtue of their structure. But we have no theory at all of formal inferential transitions between thoughts that do not have linguistic vehicles. Our models of formal inference are based squarely on transitions between natural language sentences (as codified in a suitable formal language). To be clear on the problem, we need to remember that there is an important distinction between two different ways thoughts can be structured. They can be structured at the level of their vehicles or they can be structured at the level of their contents*”

Claramente, pensamentos com conteúdos estruturados são uma condição necessária para que haja transições inferenciais formais entre pensamentos com conteúdo. Ainda assim, não é uma condição suficiente. As regras formais de inferência não operam sobre os conteúdos, mas sim sobre os veículos desses conteúdos. São sintáticas, e não semânticas. [...] Os conteúdos de pensamento não linguístico são de fato exprimíveis linguisticamente e possuem um determinado grau de estrutura. Isso é o que os torna instâncias de pensar-que e não pensar-como. Mas está longe do óbvio que os veículos de pensamento não linguístico são linguisticamente estruturados de um modo tal que seja possível aplicar-lhes regras formais de inferência.⁷⁸

A insuficiência da ontologia para a atribuição da racionalidade faz com que seja necessária uma nova prova, que se refere à capacidade de realizar inferências lógicas. Bermúdez também lembra que identificar essa capacidade e incluí-la na explicação do comportamento de animais sem linguagem deve passar pelo mesmo crivo da parcimônia a que foi submetida a questão da ontologia.

Mas há outra questão mais importante, que se refere à escolha da definição de racionalidade que deve ser adotada. Pode-se, por exemplo, definir que um comportamento racional é aquele composto por ações que maximizem os benefícios e minimizem os malefícios recebidos pelo agente. Deve-se perceber que essa definição não exige que a escolha seja consciente, visto que o comportamento pode ser simplesmente inato e selecionado evolutivamente. Isso, de fato, é observado na heurística adotada por vários animais em busca de comida⁷⁹. De fato, podemos perceber que praticamente qualquer comportamento animal é racional nesse sentido, visto que a tendência para agir em prol da autopreservação é presente mesmo nos seres mais simples.

Bermúdez trata esse problema distinguindo entre racionalidade prática e racionalidade teórica. Em seguida, constrói sobre essa distinção uma escala de três níveis de racionalidade, que passaremos a explicar em seguida.

⁷⁸ BERMÚDEZ. Ibid. P. 111. No original: "Clearly, it is a necessary condition on there being formal inferential transitions between contentful thoughts that those thoughts should have structured contents. Nonetheless, it is not a sufficient condition. Formal rules of inference do not operate on thought-contents but rather on the vehicles of those contents. They are syntactic rather than semantic [...] The contents of nonlinguistic thought are indeed linguistically expressible and have a commensurate degree of structure. That is what makes them instances of thinking-that, rather than thinking-how. But it is far from clear that the vehicles of nonlinguistic thought are linguistically structured in a way that would make it possible to apply formal rules of inference to them."

⁷⁹ Ibid. P. 115.

2.3.2.1 A racionalidade de nível 0

Sob esta definição, Bermúdez inclui justamente os tipos de comportamento que descrevemos acima, racionais em certo sentido mas que não exigem pensamento ou decisão de nenhuma natureza. Para que a classificação seja bem delimitada, são estabelecidas duas características desse nível racionalidade: não é fundada em qualquer processo de tomada de decisões; e é aplicável não a comportamentos particulares, mas à presença (seja no organismo ou na espécie) de uma tendência ou disposição em particular.

Sobre a segunda característica, Bermúdez elabora um pouco mais e traz a distinção *type-token* para a discussão. De maneira simples, *types* são abstratos e únicos, se referindo a categorias e não a particulares⁸⁰. Com base nisso, comportamentos de racionalidade nível 0 são *types*, pois podem ser interpretados como um padrão, tendência ou disposição seguidos por uma espécie ou indivíduo, e não como resultados particulares a uma situação igualmente particular.

Os exemplos mais óbvios desse tipo de racionalidade são comportamentos tropísticos simples, como aversão a estímulos nocivos, mas também a certos comportamentos complexos. Um caso usado como exemplo por Bermúdez é o comportamento de busca de alimento do caçongo (*Tringa totanus*), uma espécie de ave que se alimenta de invertebrados em costas e estuários. Indivíduos desta espécie escolhem se alimentar apenas de minhocas grandes, ignorando as pequenas, se as presas forem abundantes, ou de todas caso haja escassez. É interessante notar que o comportamento não é aprendido, é comum a todos os membros da espécie e ocorre sempre de acordo com as condições do ambiente. Portanto, apesar de ser racional no sentido mais amplo, não é fundado em qualquer processo de tomada de decisões.

⁸⁰ Wetzel, Linda, "Types and Tokens", **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Spring 2011 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<http://plato.stanford.edu/archives/spr2011/entries/types-tokens/>>

2.3.2.2 A racionalidade de nível 1

Na interpretação de Bermúdez, esse nível de racionalidade é superior ao anterior pois se configura como um *token*, isto é, admite uma certa flexibilidade. Porém, difere do nível 2 pois não é fundado em nenhum processo legítimo de tomada de decisão. A definição dada pelo autor estudado serve como uma ponte conceitual entre o nível 0, que não é propriamente racional, e o nível 2, que conta com uma sofisticação mais próxima ao que comumente consideramos racional. O comportamento de lutar ou fugir configuraria uma instância desse nível.

2.3.2.3 A racionalidade de nível 2

Como pudemos adiantar nos tópicos anteriores, um elemento importante da racionalidade mais sofisticada é a tomada de decisão. Bermúdez argumenta que esse processo pode ser realizado na ausência de linguagem. Todavia, vimos que o autor não reconhece a possibilidade de inferências lógicas na ausência de linguagem (visto que a linguagem seria o veículo desse tipo de raciocínio). Portanto, o ônus da prova passa a recair sobre a possibilidade de tomar decisões sem um processo de inferência clássico.

A solução adotada por Bermúdez é uma noção do que ele chama de protológica, que ele explica no capítulo 7 de *Thinking Without Words*.⁸¹ Ele mantém a restrição de que certos tipos de pensamento são impossíveis na ausência de linguagem, mas argumenta que nesses casos é possível um tipo de inferência limitada.

Conforme o seu argumento, há pelo menos três tipos de inferências que não dependem de um veículo linguístico, envolvendo três conectivos básicos do cálculo proposicional: a disjunção, o condicional material e a negação. A partir desses conectivos, pode-se construir o silogismo disjuntivo (A ou B, não-A, então B), o

⁸¹ Bermúdez. Ibid. P 133 e ss.

modus ponens (Se A então B, A, portanto B) e o *modus tollens* (Se A então B, não-B, portanto não-A). Com base nisso, passaremos agora a explicar como Bermúdez defende a possibilidade desse tipo de raciocínio sem linguagem.

Há duas competências lógicas a que Bermúdez se reporta para defender o tipo de inferência aqui delineado, a “protonegação” e o “protocondicional”, que passaremos a analisar brevemente.

Entender como uma criatura é capaz de entender a negação é, nas palavras de Bermúdez, entender “como uma criatura sem linguagem pode perceber pares de conceitos contrários – os conceitos de presença e ausência, por exemplo [...]”⁸². Essa distinção é particularmente interessante pois dela não depende qualquer pressuposição de linguagem. Não é necessária a atribuição de predicados ou sequer de uma noção semântica de verdadeiro e falso, mas basta a simples capacidade de distinguir os conceitos como opostos, isto é, que quando um ocorre o outro não ocorre.

A “protonegação” proposta por Bermúdez permite que argumentos baseados na negação, como o silogismo disjuntivo ou o *modus tollens* sejam construídos de maneira esquemática, e não formal, o que prescindiria, para o autor, a necessidade de linguagem. O que deixa aberto espaço para o passo seguinte da argumentação, o questionamento sobre a possibilidade de compreender o operador condicional sem linguagem.

A explicação começa pela causalidade. Segundo Bermúdez, a capacidade para detectar regularidades causais e distinguir entre relações causais e conjunções acidentais é um traço adaptativo anterior e necessário à compreensão de condicionais. E é justamente essa capacidade para acompanhar relações causais que permite que criaturas sem linguagem possuam uma forma primitiva de raciocínio condicional.

Ao explicar como isso pode se processar, Bermúdez lembra que sensibilidade a regularidades no ambiente é o suficiente para acompanhar relações causais, e portanto para demonstrar capacidade para compreender o que ele chama de um “protocondicional”. Ele reforça que esse tipo de competência não depende de

⁸² Ibid. P. 143.

nenhum instrumento linguístico, e que são recursos que servem para explicar comportamentos flexíveis e certos dados de testes, como expectativas observadas com uso do paradigma da desabituação. Como exemplo disso, ele cita testes em que crianças ainda sem linguagem não demonstram surpresa quando apresentadas a causalidade por contato físico mas se espantam quando expostas a uma causalidade sem contato, provando que entendem o conceito de causalidade.

Com o fim desse capítulo se encerra a seção mais expositiva dessa dissertação, que passará para o momento argumentativo, no qual será avaliado o conteúdo exposto e se buscará construir ou ao menos apontar novos caminhos argumentativos.

CAPÍTULO 3 – Retomada Teórica e Balanço das Teses Apresentadas

A discussão acerca da relação entre pensamento e linguagem empreendida nesta dissertação, por ser de natureza filosófica, trata necessariamente com conceitos. A partir do que já foi abordado até o momento, deve-se ter em mente que as concepções trabalhadas não devem se restringir às de pensamento e linguagem, mas envolvem uma série de outras mais fundamentais.

O objetivo central deste capítulo é integrar as abordagens dos dois capítulos anteriores, buscando assim estabelecer uma discussão que leve a uma conclusão sobre o problema principal da dissertação, a dependência ou independência do pensamento em relação à linguagem. Para que esse propósito seja alcançado, algumas questões paralelas e autores complementares serão tratados no desenvolvimento do texto, como explicaremos brevemente a seguir.

Inicialmente, uma das questões abordadas é a relação entre mente e corpo. É certo que aqui não se pretende oferecer uma resposta definitiva ao problema, dado que o escopo de uma dissertação de mestrado não é remotamente suficiente para tal, mas é necessário identificar e organizar de maneira clara os argumentos de Davidson, de Searle e de Bermúdez.

Sobre esses fundamentos de filosofia da mente, um tema que merecerá a parte da atenção deste capítulo é a questão científica: buscará se avaliar o quanto pertinentes são dados das ciências naturais (como biologia e etologia) para a resposta de questões acerca da mente e da linguagem. A importância desse tópico pode ser de antemão observada na distinção entre as argumentações de Davidson e de Bermúdez.

A partir disso, serão abordados outros conceitos que se mostrarem valiosos para a discussão, como o problema da consciência e a inteligência artificial. Com isso, espera-se construir as bases para finalmente avaliar os argumentos de Davidson, Searle e Bermúdez, relacionando-os uns aos outros e às ideias trabalhadas e com o objetivo último de defender uma interpretação plausível da relação entre pensamento e linguagem.

3.1 David Chalmers, o “problema difícil” da consciência e a importância dos pressupostos

Em seu livro *The Conscious Mind*, Chalmers chama a atenção para o “problema difícil” (“*hard problem*”, no original) da consciência, em distinção aos “problemas fáceis” postos pelo tema. Vários destes últimos, ele coloca, vêm sendo compreendidos pela ciência contemporânea, como, por exemplo, como o cérebro processa estímulos externos ou como ele integra informação⁸³. A questão mais séria, entretanto, continua sem resposta. Por que os processos cerebrais são acompanhados por uma vivência interna de experiências?

Chalmers ainda aponta que muito do que foi feito em filosofia da mente consiste em negar o problema difícil; interpretações behavioristas e funcionalistas são bons exemplos disso. Tais teorias, segundo ele, encontram problemas em tentar descrever a sensação de possuir um determinado estado mental⁸⁴. Todavia, análoga demanda de Chalmers para que a consciência e a ciência sejam levadas a sério⁸⁵, é também necessário de levar os conceitos a sério a fim de que as escolhas metodológicas sejam bem informadas.

Em filosofia, o caso do behaviorismo é oportunamente abordado com uma leitura de *The Concept of Mind*, de Gilbert Ryle⁸⁶. Uma contribuição particularmente importante dessa obra é a atenção dada aos “erros de categoria” (*category mistakes*) que Ryle credits ao trabalho feito em filosofia da mente. Esses erros, conforme explicados no primeiro capítulo da obra citada, dizem respeito a pressuposições equivocadas sobre a natureza da mente; um exemplo do que ele considera constituir um erro desse tipo é o dualismo cartesiano e a noção da mente

⁸³ CHALMERS, David. **The Conscious Mind**. In Search of a Theory of Conscious Experience. California: Oxford University Press, 1995.

⁸⁴ Levin, Janet, "Functionalism", The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Fall 2013 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<http://plato.stanford.edu/archives/fall2013/entries/functionalism/>>.

⁸⁵ CHALMERS, David. **The Conscious Mind**. In Search of a Theory of Conscious Experience. California: Oxford University Press, 1995. P. ix.

⁸⁶ RYLE, Gilbert. **The Concept of Mind**. Penguin Books: Londres, 2000.

como um “fantasma na máquina”⁸⁷.

Verdadeira ou falsa a suposição de que a mente é de uma natureza absolutamente distinta da matéria, é importante perceber que a adoção de um conceito ou outro importa seriamente para a construção de qualquer argumento em filosofia da mente. Usando como exemplo a própria empreitada desta dissertação, podemos dizer de antemão que adotar uma perspectiva materialista da mente levaria a conclusões bem distintas daquelas que seriam alcançadas se fosse adotada uma perspectiva dualista.

Entretanto, no campo da filosofia contemporânea, as escolhas não são tão simples. É algo que é perceptível tanto no trabalho de Chalmers, a que nos referimos nesta seção, como nos trabalhos de Davidson, Searle, Bermúdez e do próprio Ryle. O “problema difícil”, de Chalmers, por exemplo, é justamente uma tentativa de conciliar a intuição de que há algo que pelo menos aparenta não ser de natureza física na nossa vida de experiências mentais.

Para lidar com esse problema, a filosofia trata com uma numerosa série de conceitos para lhe servir como ferramentas, como os extintos espíritos animais de Descartes ou os atuais problemas da redutibilidade, da emergência, ou mesmo da noção estrita de *qualia*. Outros conceitos, entretanto, são bem mais antigos e parecem resistir fortemente às mudanças de paradigmas filosóficos, como intencionalidade e pensamento. É bem certo que a interpretação e até mesmo a definição desses conceitos foi esculpida e re-esculpida, e o trabalho citado de Ryle é um bom exemplo disso. Contudo, é bem verdade que esses problemas permanecem de maneira pungente.

Sobre essa dificuldade de trabalhar com conceitos de filosofia da mente, podemos ler a reflexão de Chalmers sobre a tentativa de definir a experiência consciente:

Tentar definir a experiência consciente em termos de noções mais primitiva é algo em vão. É o mesmo que tentar definir *matéria* ou *espaço* em termos

⁸⁷ RYLE, Gilbert. **The Concept of Mind**. Penguin Books: Londres, 2000. P. 13 e ss.

de algo mais fundamental. O melhor que podemos fazer é dar ilustrações e caracterizações que pertencem ao mesmo nível. Essas caracterizações não podem ser qualificadas como verdadeiras definições, devido a sua natureza implicitamente circular, mas podem ajudar a especificar aquilo do que se está falando.⁸⁸

A partir desta consideração, podemos observar que em trabalhos de filosofia da mente há a necessidade de escolher certas definições que sirvam como premissas para argumentações futuras. É certo que essas definições merecem e requerem justificativa, mas são esforços que, pelo menos no futuro previsível, servem para conferir plausibilidade a uma determinada suposição, não possuindo caráter de prova demonstrativa.

Com isso em mente, é necessário também reconhecer que, no campo do debate acadêmico, pressupostos teóricos são, por definição, determinantes para as conclusões que serão alcançadas. No caso de nosso trabalho, devemos atentar que, por exemplo, uma definição de consciência que inclua nela a linguagem impossibilitaria uma conclusão pela independência do pensamento em relação à linguagem.

Reconhecida a importância dos pressupostos, é preciso ressaltar a clareza dos conceitos. Procedendo pela negação do contrário, podemos simplesmente lembrar que premissas obscuras dificilmente levam a conclusões evidentes. Na filosofia da mente, entretanto, enfrenta-se um problema particular visto que definições de consciência são necessariamente circulares, o que compromete sua clareza. A complicação se torna maior ainda, inclusive, quando é notada a dificuldade de uma definição ostensiva da consciência.

Aqui entendemos definição ostensiva como uma definição na qual o objeto a ser definido é apontado pelo definidor ao seu interlocutor. É algo interessante, apesar de pré-científico, pois apela para intuições. Como exemplo, temos que é

⁸⁸ CHALMERS, David. Idem. P. 3. No original: *"Trying to define conscious experience in terms of more primitive notions is fruitless. One might as well try to define matter or space in terms of something more fundamental. The best we can do is to give illustrations and characterizations that lie at the same level. These characterizations cannot qualify as true definitions, due to their implicitly circular nature, but they can help topin down what is being talked about"*

mais fácil explicar o que é uma universidade para uma criança pequena mostrando-lhe o local e dizendo que é aquilo e o que acontece ali do que apelar para conceitos como “instituição” e “ensino superior”.

Entretanto, a consciência, em sua acepção mais comum, é privada. Isso faz com que qualquer prova ostensiva seja, na verdade, uma analogia entre duas consciências sem acesso mútuo. Isso leva a uma questão de especial interesse para o presente trabalho: é impossível ensinar, ou mesmo mostrar, o que é consciência sem o uso de linguagem. Deve-se notar que isso não significa de forma alguma um fim da prematura da discussão aqui proposta, como será percebido no curso do texto.

Uma vez reconhecida a impossibilidade de apontar a consciência no mundo físico, o uso da linguagem se faz necessário para que essa seja definida. Outra consequência disso é a necessidade da linguagem para conhecer outra consciência, ao menos conhecer em um sentido teórico; visto que o traço da empatia é observado em animais sem linguagem; essa questão será abordada mais adiante.

A capacidade de definir ou reconhecer a consciência, contudo, não se identifica com a simples posse de uma consciência. Uma definição fenomenológica da consciência, por exemplo, exclui dela qualquer elemento linguístico. Chalmers parece adotar uma definição desse tipo, embora chame atenção também para o conceito psicológico da mente, que toma esta como a base causal ou explanatória do comportamento⁸⁹. A partir dessa distinção, uma conclusão importante para o nosso trabalho é a seguinte:

Incluídos nos conceitos fenomenológicos e psicológicos da *mente*, há muitos conceitos mentais específicos que recaem sobre um ou outro domínio. Um dado tipo de conceito mental pode geralmente ser analisado de um modo ou de outro, como referente a uma propriedade fenomênica, psicológica, ou uma combinação das duas.⁹⁰

⁸⁹ CHALMERS, David. Idem. P. 10-11

⁹⁰ Ibid. P. 11. No original: “*Within both the phenomenal and the psychological concepts of mind, there are many specific mental concepts that fall into one domain or the other. A given type of mental concept can usually be analyzed one way or the other, as referring to a phenomenal property, a psychological property, or a combination of the two.*”

É importante notar que Chalmers aponta que seu uso do termo “psicológico” é restritivo e usado para se referir às ciências cognitivas, referindo-se, portanto, aos “problemas fáceis” da consciência, enquanto o aspecto fenomenológico guarda o problema difícil. O importante desta discussão é que ela nos leva à questão do pensamento, um dos conceitos centrais ao presente trabalho.

Seguindo a interpretação de Chalmers, pode-se analisar o pensamento sob ambos os aspectos fenomenológico e psicológico. No primeiro caso, o identificamos com a experiência do pensamento consciente, enquanto no segundo o pensamento funciona como um elemento explicativo do comportamento. Em qualquer teoria ambas as análises devem existir, porém suas nuances variam, como perceberemos mais adiante.

Neste momento, é importante perceber que, pelo menos a princípio, qualquer das duas análises, do pensamento como uma forma de experiência consciente ou como um elemento causal do comportamento, não inclui por definição a linguagem. Esta, contudo, pode surgir como um conceito necessário para a completude da análise, como ocorre no caso de Davidson, que argumenta que a crença somente faria sentido para interpretador de linguagem.

A partir destas considerações, podemos realizar alguns destaques importantes. Apesar de ser possível falar de pensamentos inconscientes, especialmente se forem definidos por meio de atitudes proposicionais, é preciso que fique claro como essa hipótese é aplicada. Em primeiro lugar, é essencial perceber uma interpretação na qual todos os pensamentos são inconscientes não traz novidades teóricas, pois constitui nada mais que um behaviorismo privado de fenomenologia. Em outras palavras, os pensamentos, definidos como crenças e desejos inconscientes, são explicações causais de comportamento. Em segundo lugar, deve-se notar que isso não resolve de forma alguma a questão sobre a relação entre pensamento em linguagem. Desta forma, um cenário no qual todos os pensamentos são inconscientes levaria à seguinte reformulação do problema: pensamentos inconscientes definidos como atitudes proposicionais podem ser atribuídos na ausência de comportamento linguístico?

Ademais, uma interpretação que admita tanto pensamentos conscientes como inconscientes ainda nos deixa o problema sobre o que são pensamentos conscientes e como eles se articulam. Contudo, podemos extrair daqui uma formulação que deverá ser lembrada no restante do capítulo: se definirmos a linguagem como um comportamento consciente, podemos afirmar que o pensamento depende dela?

Veremos também que a questão do pensamento inconsciente leva também à questão do que poderíamos chamar de “racionalidade inconsciente”. É o que ocorre, por exemplo, com a inteligência artificial que temos atualmente; este tema será abordado mais adiante.

Sob o aspecto metodológico, este tópico alcança o objetivo de estabelecer a importância e a necessidade de identificar os pressupostos das argumentações estudadas, introduzindo assim o conteúdo dos tópicos seguintes.

3.2 Pensamento, linguagem e inteligência artificial

Não se pretende com um tópico de dissertação de mestrado esgotar o problema da Inteligência Artificial, mas é imperativo que os traços do problema concernentes aos argumentos aqui tratados sejam abordados. O que se busca nesta seção é localizar o problema do pensamento no problema difícil da consciência, tal como apontado por Chalmers, e desta forma chegar mais próximo a uma definição mais satisfatória de pensamento.

Uma referência indispensável a esta seção vem de Searle, em seu artigo *Mind, brains, and programs* de 1980, no qual é elaborada a distinção entre IA forte e IA fraca logo no primeiro parágrafo:

Acredito ser útil distinguir o que chamo de IA “forte” de IA “fraca” ou “moderada”. De acordo com a IA fraca, o principal valor do computador no estudo da mente está em este ser uma ferramenta muito poderosa. Por exemplo, nos permite formular e testar hipóteses de modo mais rigoroso e

preciso. Mas de acordo com a IA forte, o computador não é meramente uma ferramenta no estudo da mente; ao contrário, o computador corretamente programado realmente é uma mente, no sentido de que pode-se dizer que computadores com os programas certos *têm entendimento* e outros estados cognitivos. Na IA forte, por os computadores possuírem estados cognitivos, não são meramente ferramentas, mas são eles próprios as explicações.⁹¹

A partir da definição acima, pode-se dividir o problema desta seção em duas partes. Em primeiro lugar, há a questão da IA forte: um computador capaz de estados cognitivos como o “entendimento” precisa, antes, possuir crenças. Há um contra-argumento à proposta desse tipo de IA elaborado pelo próprio Searle, que será abordado logo a seguir. Contudo, há um segundo problema que deve ser abordado, que diz respeito à IA fraca. É possível atribuir crenças a um sistema sem consciência? Esta pergunta merecerá a atenção da segunda parte desta seção.

3.2.1 O argumento do quarto chinês

Searle se posiciona contrariamente à possibilidade de uma IA forte por meios computacionais, e usa uma analogia para defender seu ponto de vista. Ele propõe que se imagine situação na qual uma pessoa que não saiba chinês manipule caracteres da língua seguindo as regras de um algoritmo de outro idioma que ela compreenda. A ideia central do argumento consiste em reconhecer que, com um conjunto de regras bom o suficiente, haveria sucesso em um teste de Turing: a manipulação dos símbolos seria bem articulada ao ponto fazer alguém acreditar que o conjunto realmente entendesse a linguagem.

⁹¹ SEARLE, John R. Minds, brains, and programs. **The behavioral and brains sciences**, 3: 417-457, 1980. No original: “I find it useful to distinguish what I will call ‘strong’ AI from ‘weak’ or ‘cautious’ AI (Artificial Intelligence). According to weak AI, the principal value of the computer in the study of the mind is that it gives us a very powerful tool. For example, it enables us to formulate and test hypotheses in a more rigorous and precise fashion. But according to strong AI, the computer is not merely a tool in the study of the mind; rather, the appropriately programmed computer really is a mind, in the sense that computers given the right programs can be literally said to understand and have other cognitive states. In strong AI, because the programmed computer has cognitive states, the programs are not mere tools that enable us to test psychological explanations; rather, the programs are themselves the explanations.”

Contudo, Searle defende que a simples exposição do comportamento linguístico não significa que o homem do quarto chinês entenda alguma palavra de chinês, e o mesmo se passaria com um computador bem programado o suficiente para passar em um teste de Turing. Para os fins dessa dissertação, a conclusão de Searle pode ser sintetizada da seguinte forma: o comportamento linguístico não é garantia da posse de crenças, desejos ou outros estados mentais.

O que Searle faz é negar uma explicação behaviorista para conceitos mentais, colocando que tais conceitos somente podem ser aplicados a máquinas e computadores por meio de metáforas:

Há casos que “entender” claramente se aplica literalmente e casos em que claramente não se aplica; e esses dois tipos de caso são tudo o que preciso para este argumento. Eu entendo histórias em inglês; e um grau menor entendo histórias em francês; em grau menor ainda, alemão; e em chinês, não entendo coisa alguma. Meu carro e minha calculadora, por outro lado, nada entendem: eles não estão nesse ramo. Frequentemente atribuímos “entendimento” e outros tipos de predicados cognitivos metaforicamente e analogicamente a carros, calculadoras e outros artefatos, mas nenhuma prova vem de tais atribuições.⁹²

Um ponto de extrema importância para essa dissertação surge de uma objeção que Searle trata em seu artigo: se o comportamento externo não é suficiente para atribuir estados mentais a um computador, como sabemos que existem outras mentes? Em outras palavras, como podemos atribuir estados mentais a outras pessoas? A resposta de Searle é lacônica: “Nas ‘ciências cognitivas’ se pressupõe a realidade e a possibilidade se conhecer (*knowability*) do mental da mesma maneira que nas ciências físicas se deve pressupor a realidade e a possibilidade de se conhecer objetos físicos”.

Com isso, se torna plausível abandonar a pretensão de provar que um indivíduo x ou y possui pensamentos, devendo se falar na plausibilidade de tais

⁹² SEARLE, John R. Minds, brains, and programs. **The behavioral and brains sciences**, 3: 417-457, 1980. No original: “*There are clear cases in which ‘understanding’ literally applies and clear cases in which it does not apply; and these two sorts of cases are all I need for this argument. In understand stories in English; to a lesser degree I can understand stories in French; to a still lesser degree, stories in German; and in Chinese, not at all. My car and my adding machine, on the other hand, understand nothing: they are not in that line of business. We often attribute ‘understanding’ and other cognitive predicates by metaphor and analogy to cars, adding machines, and other artifacts, but nothing is proved by such attributions*”

atribuições. Esse tema será retomado na parte final deste capítulo. Agora, seguindo a organização metodológica da seção, serão abordadas algumas questões sobre a IA fraca.

3.2.2 A IA fraca e o materialismo

Como foi visto, o problema da IA forte consiste em avaliar a possibilidade teórica de que máquinas possuam estados mentais. A IA fraca, assunto deste tópico, assume uma postura mais modesta e toma a inteligência de máquina como uma simples ferramenta, que pode até reproduzir certos aspectos do funcionamento de uma mente, mas jamais seus estados internos.

Embora Searle negue o dualismo, sua proposta do naturalismo biológico não abandona a existência de estados mentais intencionais. De fato, sua proposta é claramente contrária ao materialismo e suas várias formas em filosofia da mente, como se percebe no decorrer dos capítulos de *The Rediscovery of the Mind*⁹³; no qual ele chega inclusive a sugerir que o primeiro capítulo poderia muito bem ter se chamado “o que há de errado com a tradição materialista na filosofia da mente”⁹⁴.

Contudo, algo deve ser dito sobre a relação do materialismo com a IA fraca, que parte da seguinte proposição: se uma forma funcionalista do materialismo em filosofia da mente estiver correta, a IA fraca passa a ser, para todos os efeitos, o mesmo que a IA forte, pelos motivos que se seguem.

Para os fins deste argumento, entende-se o funcionalismo tal como definido por Searle: uma visão que sustenta que “não há nada especificamente *mental* sobre os chamados estados mentais. Estados mentais consistem inteiramente de suas relações causais entre si e com os inputs e outputs do sistema do qual fazem

⁹³ SEARLE, John. **The Rediscovery of The Mind**. Londres: MIT Press, 2002.

⁹⁴ Ibid. P. 3.

parte”⁹⁵. Pode-se perceber, portanto, que aceitar a definição acima simplifica radicalmente os conceitos mentais, os reduzindo a elementos causais eficazes para explicar comportamento. Mais importante, esvazia o sentido do “problema difícil” da consciência, pois exclui da questão o caráter fenomenológico da experiência. De fato, transforma todas as mentes em “zumbis filosóficos”.

Assim, é possível observar que se esvazia também a distinção entre IA forte e IA fraca, visto que se perderia a distinção entre uma mente e algo que funcione como uma mente. Apesar disso, tornaria fácil a resposta ao questionamento central sobre pensamento e linguagem a que esta dissertação se dedica. Afinal, a atribuição de pensamentos a criaturas sem linguagem funciona na explicação do seu comportamento. Porém, essa solução é apenas ilusória, pois esvazia o conteúdo dos pensamentos de tal modo que tira o sentido da própria questão. Além disso, parte da premissa pouco plausível de que pensamentos não possuem conteúdo mental; e um dos problemas centrais do trabalho é justamente se é plausível atribuir pensamentos com conteúdo a uma criatura sem linguagem.

Essa conclusão determina, portanto, a necessidade de que se adote, como pano de fundo, uma teoria que não reduza a mente somente a conceitos materiais, como é o que de fato com as teses apresentadas nos capítulos anteriores. Deve-se agora partir para a questão da definição de pensamento, para assim responder o problema principal da dissertação.

3.3 O problema da definição do que é pensamento

Pode-se constatar que uma fonte da divergência existente entre as conclusões dos argumentos apresentados nos capítulos anteriores são as diferentes definições de pensamento adotadas pelos autores. Esta seção se ocupará de esclarecer os conceitos, identificar suas diferenças e explicar como levam a

⁹⁵ Ibid. P. 6. No original: “[...] *there is nothing specifically mental about the so-called mental states. Mental states consist entirely in their causal relations to each other and to the inputs and outputs of the system of which they are a part.*” (grifos no original)

conclusões distintas.

Sendo fiel à sequência adotada nos capítulos, é coerente começar pela definição adotada por Davidson. Conforme elaborado no capítulo sobre sua tese, o conceito de pensamento é elaborado com fundamento na noção de atitudes proposicionais; isto é, proposições ligadas a um sujeito através de um verbo psicológico.

Foi visto também que Davidson toma a crença com a atitude proposicional mais fundamental, sem a qual não faria sentido falar de outras. Também fica claro que, nesta concepção, crenças só são possíveis quando a criatura que as possui é capaz de distinguir entre crença verdadeira e crença falsa. O passo final de Davidson consiste em argumentar que essa distinção só é possível com a linguagem, o que nos leva ao próximo ponto importante.

É necessário salientar por enquanto que o conceito que Davidson dá para pensamento não possui nenhum elemento behaviorista, algo que, aliado à linguagem, permite uma realização peculiar da argumentação de Davidson. Ao fazer com que a atribuição de pensamentos ocorra por meio da linguagem, Davidson reduz a necessidade de evidência comportamental para que essa seja realizada a um único elemento: a atitude de tomar uma sentença como verdadeira.

Ainda assim, é possível defender a ausência de behaviorismo em Davidson argumentando que a atitude de tomar algo como verdadeiro só funciona se for considerado previamente que a criatura capaz dessa atitude é capaz também de compreender linguagem, o que faz com que a asserção seja um evento mental e não somente comportamental.

Desta maneira, se preserva a existência de eventos mentais em um sentido não behaviorista, porém com o preço de atrelá-los à linguagem compartilhada. Ademais, há um custo mais elevado exigido por essa teoria. Davidson não fornece um relato sobre aquisição da primeira linguagem, tal como foi colocado no último tópico do capítulo dedicado à sua tese.

Davidson explica a triangulação a partir de como alguém, já dotado de linguagem, seria capaz de vir a compreender outra linguagem seguindo o modelo de

um interpretador radical. Esse modelo de argumentação não explica como a linguagem pode ter surgido ou evoluído mas, segundo sua conclusão, é suficiente para defender que não existe pensamento sem linguagem.

Searle, por sua vez, adota uma definição mais frouxa de pensamento. Tal como já foi visto, em *Consciousness and Language*, Searle separa o problema em três elementos: consciência, intencionalidade e processos de pensamento, sendo os dois últimos de maior relevância à nossa discussão.

A intencionalidade, definida por Searle como “o aspecto da mente pelo qual a mesma se direciona a objetos e estados de coisas no mundo” ⁹⁶, é mínima em relação à noção de atitude proposicional a que Davidson se reporta, visto que este último associa a intencionalidade ao pensamento e às suas interações, por isso a noção de “crenças entrelaçadas” trabalhada anteriormente.

Searle assume que é possível possuir estados subjetivos intencionais sem as exigências de Davidson. Os “processos de pensamento”, na sua interpretação, constituem também uma versão mínima de racionalidade: a sucessão de estados intencionais.

A abordagem de Searle, contudo, é sucinta. Ele se ocupa de ressaltar que a linguagem é logicamente necessária para certos tipos de estado mental, mas que há outros estados independentes da linguagem que merecem ser chamados de pensamento. A questão se torna mais problemática quando se reconhece que Davidson não nega competências mentais a criaturas sem linguagem, visto que admite que muitos animais são capazes de fazer “distinções precisas” ⁹⁷. A pergunta que um partidário da tese de Searle faria a um daquela de Davidson poderia ser: por que essas distinções precisas não são pensamentos?

A partir do estudo realizado neste trabalho, é possível dizer que a resposta oferecida pelos argumentos analisados de Davidson é tão curta quanto controversa. Para ele, as distinções de que os animais são capazes não se qualificam como

⁹⁶ SEARLE, John. **Consciousness and Language**. Endinburgh: Cambridge University Press, 2002. P. 61

⁹⁷ Cf. o uso da expressão “fine distinctions” por Davidson em seus artigos.

pensamentos pois não apresentam conteúdo proposicional nos moldes exigidos por sua teoria. Na ausência de linguagem não se poderia possuir inúmeras crenças entrelaçadas nem o conceito de verdade objetiva. E é neste ponto que reside uma importante distinção entre o argumento de Davidson e o de Bermúdez.

Sobre a definição de pensamento deste terceiro autor, é possível encontrar em *Thinking Without Words* duas abordagens. Há uma abordagem minimalista, não proposicional, do pensamento não linguístico que ele considera explicar muito do comportamento dessa natureza, mas que seria insuficiente para comportamentos mais complexos.⁹⁸

Como explicitado no capítulo anterior, o argumento de Bermúdez parte da consideração de dados de comportamentos não linguísticos (seja de crianças ou animais). Para ele, há comportamentos que requerem explicações psicológicas mais refinadas que simples processos de resposta a estímulos, requerendo que seja atribuída a criatura em questão algum tipo de representação com conteúdo proposicional. Bermúdez aceita, portanto, a definição de pensamento a partir de atitudes proposicionais, mas não acompanha o argumento de Davidson no que diz respeito às crenças entrelaçadas, optando seguir por outro caminho.

O percurso adotado por Bermúdez passa pela atribuição de uma ontologia básica à criatura a ser interpretada, partindo do seu comportamento. Deve-se lembrar que esse comportamento pode ser estudado cientificamente, de modo que é possível alcançar um grau de certeza sobre as atribuições realizadas.

Evidentemente, pode-se buscar criticar a postura de Bermúdez apontando-a como behaviorista, colocando que seu modelo de interpretação estaria reduzindo pensamentos a disposições de comportamento, porém isso é algo que será discutido na seção seguinte. Por enquanto, é necessário notar que Bermúdez aponta um caminho pelo qual é possível atribuir pensamentos proposicionais a criaturas não linguísticas, admitindo também que nem todos os pensamentos requerem conteúdo proposicional.

⁹⁸ BERMÚDEZ, José Luis. **Thinking Without Words**. New York : Oxford University Press, 2003. P. 62.

A partir do que foi trabalhado até o momento, percebe-se que o problema principal da discussão empreendida nesta dissertação gira em torno do pensamento proposicional. De fato, Davidson não toca em outros tipos de estados mentais, negando a qualquer forma não proposicional o status de pensamento. Assim, é possível introduzir a seção seguinte como a análise dos argumentos quanto à possibilidade de pensamento proposicional na ausência de linguagem.

3.4 Sobre a possibilidade teórica do pensamento proposicional sem linguagem

Faz-se necessário recapitular alguns pontos estabelecidos no trabalho para a sua finalização. Em primeiro lugar, é preciso ressaltar que o problema difícil da consciência não favorece, a princípio, nem o argumento de Davidson nem os dois opostos que foram abordados. Entretanto, pode interferir na acusação de behaviorismo que pode ser enfrentada por Bermúdez.

Caso se assuma que o relato de Bermúdez sobre o pensamento proposicional não linguístico seja behaviorista, torna-se possível levantar o seguinte questionamento: se o pensamento se reduz a um padrão de comportamento, então não é necessário que seja consciente ou exista como uma experiência subjetiva; não havendo um sujeito que possua a experiência, é contraditório falar em atitude proposicional, visto que esta, por definição, requer a existência de um sujeito. Contudo, há certas limitações a essa crítica.

Para que a contestação acima proceda, é necessário que a seguinte condição seja cumprida: a atribuição de pensamentos através do comportamento deve eliminar a possibilidade de estados mentais internos (i.e. relativos a uma consciência ou sujeito).

É importante notar que o posicionamento de Davidson não parece se alinhar com essa condição. Em uma nota de rodapé presente em *Rational Animals*, ele coloca que, sob o aspecto moral, não enxerga razão para “ser menos gentil para

com aqueles sem pensamentos ou linguagem do que com os que possuem”⁹⁹. Diante de uma colocação como essa, é possível inferir com segurança que Davidson aceita que animais possuem estados subjetivos, caso contrário seria sem sentido conferir-lhes algum status moral. Davidson não contesta a atribuição de atitudes proposicionais na ausência de linguagem não por que são feitas através de comportamento, mas por que a falta de linguagem impede a existência de outros pré-requisitos.

Sobre isso, é oportuno lembrar que Davidson menciona o problema da incerteza da atribuição de pensamentos sem linguagem, mas concentra seu argumento pela impossibilidade da existência de pensamentos não linguísticos sobre outras premissas, como a questão da capacidade de adquirir os conceitos de verdadeiro e falso.

Sobre a acusação de que a tese de Bermúdez permitiria a atribuição de pensamentos proposicionais na ausência de estados internos, deve-se tecer algumas considerações, partindo de que tal acusação de behaviorismo constitui uma forma de crítica cética. Justifica-se essa classificação pois a crítica funda-se na impossibilidade epistemológica de conhecer outras mentes a partir da manifestação de comportamento.

É certo que a incerteza é um problema recorrente na atribuição de pensamentos (ou, de maneira mais geral, estados mentais) a seres sem linguagem. De fato, boa parte do argumento de Bermúdez se dedica a dirimir esse problema, enquanto Davidson também não ignora essa questão. Porém, não é mencionado em nenhum dos textos estudados na elaboração desta dissertação uma distinção relevante sobre dois tipos de incerteza que existem ao se tentar atribuir pensamentos.

Por um lado, há a incerteza sobre qual pensamento ou estado atribuir a uma criatura em um determinado momento, como no caso do cachorro que late em baixo de uma árvore após ter sido visto perseguindo um gato até o local. Por outro, há a incerteza sobre que tipos de pensamentos uma criatura pode ter, como em

⁹⁹ DAVIDSON, Donald. **Rational Animals, in Subjective, Intersubjective, Objective**. New York : Oxford University Press , 2001. P. 96.

perguntas como “Um cão é capaz de reconhecer um gato?”, ou “Um cão é capaz latir para a árvore com um propósito bem definido?”. Essa distinção é importante pois cada uma das duas formas possui implicações diferentes sobre os argumentos contra ou a favor à atribuição de pensamentos proposicionais e não linguísticos.

A primeira forma de incerteza, sobre atribuições em momentos particulares, parece existir, em algum grau, em qualquer atribuição de façamos, seja a seres dotados de linguagem ou não. É algo que deriva do fato de não termos acesso direto a outras mentes, o que faz com que qualquer atribuição sempre parta de uma observação indireta: seja uma asserção a uma sentença ou a manifestação de certo tipo de comportamento. É evidente que a presença de linguagem reduz a incerteza, mas qualquer informação adicional possui esse efeito. Somos capazes de atribuir pensamentos com mais precisão a alguém que conhecemos a algum tempo e conversamos do que a um desconhecido que vimos enunciar uma única palavra. É plausível dizer, inclusive, que uma pessoa pode ter, em um dado momento, do que se passa pela mente de seu cão do que da de um homem estranho caminhando pela calçada. Todavia, nenhuma atribuição desse tipo será completamente segura, exceto pela adoção de um princípio de caridade.

A segunda modalidade de incerteza, contudo, comporta-se de maneira diferente. Enquanto ela existe de maneira drasticamente acentuada em relação a outras espécies, é algo que existe de maneira muito discreta em relação a outros seres humanos adultos. Por mais que eu não saiba o que uma outra pessoa não esteja pensando, eu tenho uma boa ideia de que tipo de pensamento ela pode ter. Já em relação a um animal ou criança ainda sem fala, a dúvida é bem maior.

Vale notar que o argumento de Bermúdez no que toca a tentativa de decifrar a ontologia de uma criatura procura resolver justamente esta última forma de incerteza. O argumento de Searle, por sua vez, também toca na questão quando procura enumerar que tipos de pensamento uma criatura sem linguagem pode ou não possuir.

O argumento de Davidson também toca na questão, embora negue a incerteza defendendo o posicionamento colocando que sem linguagem atitudes proposicionais não são possíveis.

Nesse ponto, vale retomar brevemente a questão sobre inteligência artificial abordada mais cedo neste capítulo, visto que pode ajudar a resolver o problema do behaviorismo nas atribuições de pensamento na ausência de linguagem.

A questão da IA forte/fraca traz um problema de certa forma próximo ao da consideração sobre pensamentos sem linguagem, dado que ambos tratam da possibilidade de atribuição de estados mentais, seja a um organismo ou a um computador. Além disso, nos dois casos há a busca pelo estabelecimento de critérios para a atribuição de tais estados.

Como foi visto, Searle argumenta que comportamento linguístico em um computador não é suficiente para que lhe sejam atribuídos estados mentais. De fato, ele vai mais longe e acredita que a própria estrutura dos computadores atuais não permite a emergência de uma consciência, de tal modo que não importa o quanto o *software* (parte lógica) seja complexo, a estrutura do *hardware* (parte física) não é semelhante o suficiente a um organismo consciente.

Davidson possui um argumento semelhante em seu artigo sobre o teste de Turing ¹⁰⁰, no qual ele indica que os aspectos físicos são tão importantes quanto os aspectos intelectuais na atribuição de pensamentos. Embora ele defenda que a linguagem é essencial ao pensamento, indica com isso um caminho importante que não parece ser seguido por sua própria argumentação.

Pode-se buscar argumentar que a noção de triangulação de Davidson resolve esse problema, visto que é através desse recurso que o autor resolve a coleta de dados para se atribuir pensamento a outros indivíduos. Mas Davidson vai mais longe, e argumenta que só pela triangulação, que envolve a comunicação com outros indivíduos por meio de linguagem, é possível adquirir a noção de verdade objetiva, necessária para qualquer pensamento proposicional.

Com essa recapitulação, podemos elencar uma lista requisitos para o pensamento proposicional, conforme os argumentos trabalhados.

Em primeiro lugar, o pensamento de Davidson parece ser correto no ponto em

¹⁰⁰ DAVIDSON, Donald. **Turing's Test, in Problems of Rationality**. New York : Oxford University Press, 2004. P. 77 e ss.

que é necessário possuir algum conceito de verdade objetiva para se possuir pensamento. De fato, uma criatura precisa ao menos ter alguma capacidade distinguir o que é o caso e o que não é para que qualquer atribuição de crenças e desejos faça sentido. Porém, somente a capacidade de realizar distinções não é suficiente. Embora os argumentos sejam divergentes quanto a que condições adicionais são necessárias ao pensamento, coincidem no sentido de que existem tais condições.

Searle argumenta, por exemplo, pelo caminho do naturalismo biológico; mencionado mais cedo neste capítulo. Conforme sua tese, a biologia de certos seres vivos que oferece as condições para eventos mentais, no qual eventos neurológicos são aspectos de baixo nível que causam os estados mentais, aspectos de nível superior. A linguagem, nesse entendimento, é uma consequência da biologia. Defende, entretanto, a tese que uma biologia mais simples pode causar uma consciência mais simples, incapaz de linguagem, mas capaz de pensamentos. É por isso que ele estabelece uma série de tipos de pensamento que são possíveis na ausência de linguagem. O trabalho de Bermúdez entra em cena quando se pergunta como se pode “descobrir” tais pensamentos.

Vale salientar que Bermúdez não se ocupa de problemas de inteligência artificial, mas somente em como pode atribuir pensamentos a animais e a crianças ainda sem linguagem. Por sua vez, o relato de Bermúdez sobre níveis graduais de racionalidade é compatível com o naturalismo biológico de Searle.

A perspectiva de Davidson, entretanto, é inversa em um aspecto do raciocínio. Conforme a análise realizada de seu argumento, ele parece defender que a linguagem causa o pensamento. Isso pode ser depreendido do momento de seu argumento em que ele estabelece que somente uma linguagem compartilhada fornece o conceito de verdade objetiva, sem o qual a crença seria impossível. Dado que a crença possui um papel fundamental, sem ela não haveria nenhum outro pensamento.

Portanto, enquanto as teses de Searle e Bermúdez em conjunto parecem exigir apenas a biologia e o comportamento para a atribuição de pensamentos, de forma tal que a linguagem é uma consequência possível do pensamento; Davidson

exige mais, sendo a linguagem não uma consequência necessária do pensamento, mas sua causa.

Com a enumeração desses requisitos, podemos então partir para o balanço das teses apresentadas e a decisão fundamentada pelo melhor argumento.

3.5 Balanço das teses

A partir do que foi elencado e abordado no corpo desta dissertação, é possível realizar seu objetivo principal, procurando oferecer um posicionamento sobre a possibilidade ou não do pensamento na ausência de linguagem. Dado que nenhum dos argumentos apresenta falha lógica, a única maneira de decidir entre eles deve ser pela análise de suas premissas.

Com o que foi exposto até o momento, é plausível questionar uma premissa de Davidson: que somente a linguagem compartilhada oferece meios para que uma criatura possua o conceito de verdade objetiva, sem o qual seria incapaz de distinguir entre verdadeiro e falso.

Em contraponto, Searle e especialmente Bermúdez argumentam que existem comportamento não linguístico complexo o suficiente para demonstrar essa capacidade. Caso seja demonstrado que esta segunda perspectiva esteja correta, a tese de Davidson não parece se sustentar. Nesse sentido, a ciência recente nos fornece um grande número de experimentos que parece corroborar a tese do pensamento não linguístico, como é possível perceber nos exemplos que se seguem.

O primeiro experimento a ser descrito, realizado pelo primatólogo e etólogo holandês Frans de Waal, reporta como elefantes se mostraram capazes de cooperar para obter alimento em um determinado arranjo.¹⁰¹ Nesse experimento, dois elefantes foram apresentados a uma bandeja de comida contendo alimento que não

¹⁰¹ O experimento encontra-se descrito em de WAAL, Frans. **The Bonobo and the Atheist**. New York : W.W. Norton & Company, 2013. Capítulo 5, PP. 15 e 16.

podiam alcançar. O aparato continha duas polias pelas quais passavam uma corda, cujas extremidades ficavam cada uma ao alcance de um dos elefantes, conforme a imagem abaixo.

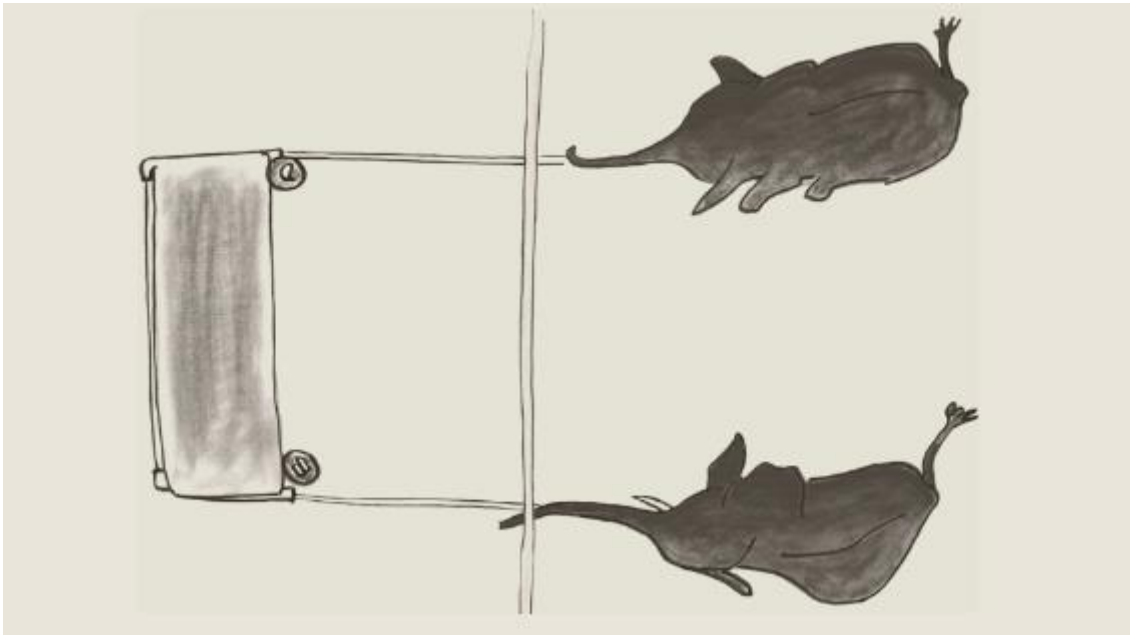


Figura 1

Desta maneira, os animais puxar a corda ao mesmo tempo para alcançar o alimento, pois a corda passaria para o outro lado da cerca se apenas um puxasse, frustrando a tentativa. O experimento de de Waal demonstra que os elefantes foram capazes de realizar a tarefa, mesmo sob variação das circunstâncias. Uma condição de particular interesse consiste em quando um dos elefantes foi levado ao aparelho do experimento antes do seu parceiro: ele se pôs a postos segurando a corda e esperou até que o outro chegasse para que pudessem trazer o alimento para perto.

Essa segunda condição do experimento ilustra nosso ponto, pois demonstra que o elefante bem sucedido precisa ser capaz de identificar quando é o caso que o outro elefante está no local, visto que somente quando essa condição se apresentar

ele poderá obter êxito, para então realizar a ação de puxar a corda.

Reconhecer um conjunto de condições que precisam ser cumpridas para alcançar um objetivo requer alguma forma de pensamento, que, no caso do elefante, ocorreu sem linguagem compartilhada.

Um segundo experimento que serve para a ilustração do nosso ponto é a observação de golfinhos nariz-de-garrafa (*Tursiops truncatus*) realizada pelos biólogos Nicola J. Quick e Vincent M. Janik, publicada em 2012¹⁰². Nesse trabalho, foi constatado que esses golfinhos trocam assobios “assinatura” ao se encontrarem, isto é, particulares a cada indivíduo. Os dados sugerem que esses animais são capazes de reconhecer indivíduos, uma competência que também exige capacidade de distinguir entre o que é ou não o caso.

Em terceiro lugar, há o famoso experimento de Gallup, no qual o animal tem o rosto marcado com corante e é apresentado a um espelho¹⁰³, e é então observado para que seja avaliado se ele demonstra se reconhecer na imagem. Foram obtidos resultados positivos não só com primatas, também com golfinhos nariz-de-garrafa, elefantes asiáticos e aves da espécie *Pica pica*, da família dos corvos¹⁰⁴.

A capacidade de se reconhecer no espelho parece demonstrar que o animal em questão é ao menos capaz de saber que não é o caso que está enxergando outro animal, mas a própria face; distinção que sugere capacidade para pelo menos algum tipo de pensamento proposicional.

De modo geral, parece ser possível inferir que a linguagem não é o único modo pelo qual pode se avaliar a capacidade de discriminar entre o que é ou não o caso. O argumento de Davidson, apesar de logicamente consistente, ignora essa possibilidade. É bem certo que a aquisição de linguagem é indispensável a uma série de competências somente observadas em humanos, mas o pensamento por

¹⁰² QUICK, Nicola e JANIK, Vincent. Bottlenose dolphins exchange signature whistles when meeting at sea. **Proceedings of the Royal Society**. v. 279, p. 2539-2545, 2012.

¹⁰³ GALLUP Jr, Gordon. Chimpanzees: self-recognition. **Science**. v. 167, n. 3914. p. 86-87, 1970.

¹⁰⁴ Andrews, Kristin. Animal Cognition. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Winter 2012 Edition)**, Edward N. Zalta (ed.). Disponível em <<http://plato.stanford.edu/archives/win2012/entries/cognition-animal/>>. Acesso em 8 fev. 2014.

meio de atitudes proposicionais não parece ser o caso.

A queixa de que atribuir pensamentos a animais por meio de comportamentos é inválido devido a questão da incerteza possui certo grau de plausibilidade. Mas deve-se salientar que é possível estabelecer certas condições nas quais é relativamente seguro realizar tais atribuições, levando-se em conta a biologia e o comportamento.

O raciocínio ocorre da mesma maneira pela qual podemos assumir que, por exemplo, mamíferos não humanos sentem dor: sabemos que nós sentimos dor, nos comportamos de determinada forma quando a sentimos e que isso ocorre pois nosso sistema nervoso é constituído de certa forma; mamíferos possuem a biologia relevante semelhante e o comportamento semelhante quando apresentados a estímulos que nos seriam dolorosos. Se isso ocorre com um tipo de evento mental, não parece haver justificativa forte o suficiente para determinar que o mesmo não poderia ocorrer no caso de pensamentos.

Deve-se ressaltar que os dados mencionados acima não são casos isolados. Os dados de pesquisas sobre cognição animal se multiplicaram nos últimos anos. Nesse sentido, Marc Bekoff, etólogo e biólogo, chegou a afirmar que estamos em um “momento animal” ¹⁰⁵. Como exemplos de publicações com conteúdo relevante sobre o tema, temos os trabalhos de Irene M. Pepperberg¹⁰⁶, que pesquisou sobre capacidades de papagaios cinzentos, de Frans de Waal ¹⁰⁷, sobre o comportamento de chimpanzés e bonobos, Donald Griffin ¹⁰⁸, sobre cognição e consciência animal, além de muitos outros.

Diante do exposto, pode-se dizer que as mais recentes publicações científicas são melhor acomodadas por argumentos como o de Searle e Bermúdez. A teoria de

¹⁰⁵ BEKOFF, Marc e PIERCE, Jessica. **Wild Justice: The moral lives of animals**. Chicago: The University of Chicago Press, 2009. P. x.

¹⁰⁶ Cf. PEPPERBERG, Irene M. **The Alex Studies: Cognitive and communicative abilities of grey parrots**. Cambridge : Harvard University Press, 2002.

¹⁰⁷ Cf. de Waal, Frans. **Chimpanzee Politics : Power and sex among the apes**. Baltimore : Johns Hopkins University Press, 2007.

¹⁰⁸ Cf. GRIFFIN, Donald. **Animal Minds: Beyond cognition to consciousness**. Chicago : University of Chicago, 1992.

Donald Davidson, apesar de sua forte influência na filosofia da linguagem, parece não obter o mesmo êxito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação de mestrado foi elaborada com o intuito de realizar uma revisão bibliográfica sobre a relação entre pensamento em linguagem e comparar os argumentos estudados no que diz respeito a sua coerência e plausibilidade. O trabalho se iniciou com o levantamento e análise de bibliografia relevante ao tema, destacando o influente argumento de Davidson, sobre a impossibilidade de pensamento na ausência de linguagem.

A partir disso, a bibliografia seguinte correspondeu a duas teses contrárias à primeira apresentada, de John Searle e José Bermúdez. Ambos os autores se posicionam a favor da atribuição de pensamentos a criaturas não linguísticas. Com isso, pode-se avaliar a estrutura argumentativa e conceitual nos trabalhos estudados, e então redigir um capítulo comparativo.

Concluiu-se pela plausibilidade dos argumentos de Searle e Bermúdez, devido ao seu poder explicativo sobre o comportamento não linguístico de animais. Essa tese se mostra apoiada por diversos trabalhos nas áreas da etologia, biologia e cognição animal. Além disso, se mostra coerente com uma perspectiva evolutiva, caso a mente e o pensamento sejam entendidos como aspectos biológicos dos organismos vivos.

Assim, adotando uma perspectiva na qual a filosofia é uma ferramenta para o desenvolvimento e teste de conceitos, deve-se optar por aqueles que sejam o mais coerentes possível com os dados conhecidos do mundo. É certo que a tese aqui defendida não se pretende absoluta, visto que a decisão final se apoia em dados das ciências, e estas sempre estão abertas à demonstração em contrário.

Contudo, não parece ser esse o movimento atual. Desde a consolidação da perspectiva evolutiva, buscas por semelhança entre a espécie humana e as demais se tornaram correntes, levando ao desenvolvimento inclusive de diversos movimentos que demandam mudanças mais profundas em nossa forma de agir.

Nesse sentido, observa-se não só o crescimento de movimentos em defesa dos direitos animais, mas da consideração de certos animais como pessoas, como é

o caso do *Great Ape Project*, encabeçado por Peter Singer e Paola Cavalieri, que se funda na premissa de que o comportamento de certos primatas é suficiente para que sejam dotados de direitos fundamentais, semelhantes aos direitos humanos.

Desta forma, espera-se que esta dissertação tenha contribuído de alguma maneira para o debate contemporâneo em filosofia da mente, alinhando-se uma das discussões mais interessantes surgida de dados científicos.

REFERÊNCIAS

Andrews, Kristin. Animal Cognition. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Winter 2012 Edition)**, Edward N. Zalta (ed.). Disponível em <<http://plato.stanford.edu/archives/win2012/entries/cognition-animal/>>. Acesso em 8 fev. 2014.

BEKOFF, Marc e PIERCE, Jessica. **Wild Justice: The moral lives of animals**. Chicago: The University of Chicago Press, 2009. P. x.

BERMÚDEZ, José Luis. **Thinking Without Words**. Oxford University Press. 2003;

CHALMERS, David. **The Conscious Mind**. In Search of a Theory of Conscious Experience. California: Oxford University Press, 1995. P. ix.

DAVIDSON, Donald. **Essays on Actions and Events**. Oxford University Press. 2010;

DAVIDSON, Donald. **Inquiries into Truth and Interpretation**. Oxford University Press. 2010;

DAVIDSON, Donald. **Problems of Rationality**. Oxford University Press. 2010;

DAVIDSON, Donald. **Subjective, Intersubjective, Objective**. Oxford University Press. 2010;

DAVIDSON, Donald. **Truth, Language, and History**. Oxford University Press. 2010;

de Waal, Frans. **Chimpanzee Politics : Power and sex among the apes**. Baltimore : Johns Hopkins University Press, 2007.

de WAAL, Frans. **The Bonobo and the Atheist**. New York : W.W. Norton & Company, 2013.

DIAMOND, Jared. The Third Chimpanzee. In **The Great Ape Project**. Org. SINGER, Peter & CAVALIERI, Paola. New York: St. Martin's Griffin, 1996;

GALLUP Jr, Gordon. Chimpanzees: self-recognition. **Science**. v. 167, n. 3914. p. 86-87, 1970.

GOODALL, Jane. **The Chimpanzees of Gombe: Patterns of behavior**. New York: Belknap Press, 1986;

GRIFFIN, Donald. **Animal Minds: Beyond cognition to consciousness**. Chicago : University of Chicago, 1992.

HARRIS, Sam. **Life Without Free Will**. Disponível em: <<http://www.samharris.org/blog/item/life-without-free-will>>, 2012;

HYLTON, Peter. Willard van Orman Quine. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Summer 2013 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<http://plato.stanford.edu/archives/sum2013/entries/quine/>>;

LEPORE, Enie & LUDWIG, Kirk. *Donald Davidson: Meaning, Truth, Language, and Reality*. New York: Oxford University Press. 2005;

LEVIN, Janet, "Functionalism", The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Fall 2013 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<http://plato.stanford.edu/archives/fall2013/entries/functionalism/>>

LURZ, Robert. Animal Minds. **Internet Encyclopedia of Philosophy**. Disponível em: < <http://www.iep.utm.edu/ani-mind/>>;

MORGAN, Cowny Lloyd. **An Introduction to Comparative Psychology**. Ed. Walter Scott, 1903;

PEPPERBERG, Irene M. **The Alex Studies: Cognitive and communicative abilities of grey parrots**. Cambridge : Harvard University Press, 2002.

QUICK, Nicola e JANIK, Vincent. Bottlenose dolphins exchange signature whistles when meeting at sea. **Proceedings of the Royal Society**. v. 279, p. 2539-2545, 2012.

QUINE, W.V.O. **Word and Object**. Estados Unidos: M.I.T. Press, 1979;

RYLE, Gilbert. **The Concept of Mind**. Penguin Books: Londres, 2000.

SEARLE, John. **Consciousness and Language**. Endinburgh: Cambridge University Press, 2002;

SOAMES, Scott. **Philosophical Analysis in the Twentieth Century – Volume 1: The Dawn of Analysis**. Princeton University Press. 2003;

SOAMES, Scott. **Philosophical Analysis in the Twentieth Century – Volume 2: The Age of Meaning**. Princeton University Press. 2003

TYE, Michael, "Qualia", **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Fall 2013 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = [<http://plato.stanford.edu/archives/fall2013/entries/qualia/>](http://plato.stanford.edu/archives/fall2013/entries/qualia/)

WAAL, Frans. **Chimpanzee Politics: Power and sex among the apes**. 1 Ed. New York: Johns Hopkins University Press, 2007

WETZEL, Linda, "Types and Tokens", **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Spring 2011 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = [<http://plato.stanford.edu/archives/spr2011/entries/types-tokens/>](http://plato.stanford.edu/archives/spr2011/entries/types-tokens/)